

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

WILMA FERREIRA DE JESUS

PODER POLÍTICO EM UBERLÂNDIA

Mudanças e Permanências

1982 – 1996

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia, 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Eduardo Afonso que, gentilmente, me deixou ter acesso ao seu arquivo pessoal. Uma preciosidade que me possibilitou remontar à história dos pleitos eleitorais municipais através dos materiais de campanhas dos candidatos e outros documentos. Sem essa imprescindível colaboração eu teria muito mais dificuldades em desenvolver este trabalho.

Aos amigos que de alguma forma colaboraram comigo conseguindo documentos, possibilitando contatos, viabilizando entrevistas e até mesmo conversando sobre o assunto e levantando questões acerca da pesquisa.

Aos companheiros de trabalho que, muitas vezes, compreenderam e “seguraram as pontas” quando, em determinados momentos, tive que me ausentar de minhas atividades.

À toda minha família, especialmente meus pais, que me estimularam e me deram força para nunca desistir de continuar.

Aos professores do Departamento de História que, quando se fez necessário, sempre pude contar com a compreensão e colaboração de todos durante todos os momentos no decorrer do curso.

Ao Antônio Almeida, antes amigo e companheiro, depois professor que assumiu com muita seriedade a tarefa de me orientar nesta pesquisa.

Ao Paulo (Meu Bem), pelo estímulo, colaboração e carinho durante todo o curso, especialmente quando da realização deste trabalho.

A todos que estiveram comigo, muito, muito obrigada.

INDICE

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO I

- OS ELEITOS E SEUS PROJETOS	12
. Eleições de 1982: O povo opta por propostas mais democráticas.....	12
. Eleições de 1988: o retorno ao passado	20
. Eleições de 1992: nada de novo – os discursos se confundem	30
. Eleições de 1996: A população se divide, mas o conservadorismo permanece	42

CAPÍTULO II

- DA CIDADE IMAGINADA À OPÇÃO PELO CANDIDATO: ELEMENTOS QUE DEFINEM O VOTO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	75

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA- GEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	
Data	/ /

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é mais do que fruto de elaborações teóricas e acadêmicas. Está ligado a questionamentos que foram surgindo durante toda minha vida, e mais concretamente à partir do final da década de 70, quando comecei a participar efetivamente de movimentos pastorais da Igreja Católica, depois organizando e participando de movimentos populares e associações de moradores, e, posteriormente, como militante do Partido dos Trabalhadores, ao qual me filiei em 1984.

De lá para cá, tenho acompanhado de perto e atentamente toda a movimentação do poder político em Uberlândia. Nesse caminhar sempre me intrigou o fato das forças conservadoras da cidade (que nos dias de hoje tem como um dos seus maiores expoentes, o Prefeito Virgílio Galassi), serem tão sólidas, e, por outro lado, os motivos que levam os partidos de oposição (como o PT, Pcdob e setores do PMDB), não conseguirem convencer a maioria da população a apoiar projetos mais democráticos e que visam melhorar a qualidade de vida.

Partindo de tais inquietações optei por pesquisar as eleições municipais de Uberlândia correspondentes aos anos de 1982, 1988, 1992, 1996, objetivando refletir sobre duas questões centrais: por um lado montar um quadro geral dos candidatos a prefeitos que se elegeram em cada um desses pleitos, destacando as

principais propostas apresentadas durante a disputa, e procurando refletir sobre o que mudou e o que não mudou na postura no discurso político e nas estratégias utilizadas por cada um para arregimentar os votos dos eleitores. Por outro lado a pesquisa foi direcionada para fazer uma análise dos elementos que levam as pessoas a fazerem suas escolhas eleitorais, bem como para compreender porque as propostas políticas dos setores progressistas têm tido pouca aceitabilidade junto ao eleitorado, o que pode ser notado pelos próprios resultados eleitorais.

A justificativa para o recorte temporal, baseia-se no fato de que até o ano de 1982, a cidade de Uberlândia foi governada por prefeitos cujas ações políticas sempre estiveram voltadas para projetar a cidade no cenário estadual e nacional, objetivando vender a idéia de uma cidade moderna, bonita, empreendedora, e progressista. Entretanto, muito pouco ou quase nada investiram para que a cidade pudesse efetivamente oferecer à população um bom atendimento no tocante às questões sociais, como saúde e educação.

Em 1982, o candidato Zaire Rezende foi eleito prefeito. Sua gestão que se estendeu de 1983 à 1988, inaugurou uma nova forma de administrar a cidade. Seu governo, apesar de apresentar vários problemas, se diferenciou dos anteriores por apresentar-se mais aberto à participação popular e voltado para atender preferencialmente as questões sociais.

Mesmo assim em 1988, Virgílio Galassi foi eleito prefeito pela terceira vez. Porém, apesar de seu governo ter investido na construção de grandes viadutos,

grandes avenidas e outras obras imponentes que, na sua concepção, faziam jus à cidade de Uberlândia, muito do que foi iniciado no governo de Zaire como creches, postos de saúde, atividades culturais, investimentos em saneamento básico, asfaltamento dos bairros, administração dos distritos e outros não foram interrompidos. Pelo contrário foram ampliados.

Nas eleições seguintes, em 1992, Paulo Ferolla da Silva (integrante do grupo de Virgílio Galassi) foi eleito, e seu programa também apresentou uma minuciosa proposta de iniciativas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Como na gestão anterior de Virgílio Galassi, foram feitos grandes investimentos, como a construção do centro administrativo, mas também foram inaugurados alguns projetos que anteriormente eram considerados por eles parernalistas como, por exemplo, o Pró Pão, que vendia, por um preço inferior ao de mercado, uma cesta básica para os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos.

Houve mudanças também no relacionamento com os movimentos populares, principalmente associações de moradores. Anteriormente Virgílio Galassi sempre deixou claro em suas falas que quem devia saber o que era bom para a população eram os administradores que haviam sido eleitos para tal. Não cabia ao movimento opinar. Contudo já no final de sua gestão (1989-1992) e depois com Paulo Ferolla, a prefeitura, através de suas secretarias, buscou a proximidade com os movimentos e

trabalhou para eleger diretorias de associações de bairros compostas por pessoas de confiança da administração.

Partindo de tais constatações, inquietantes indagações vieram à tona, como desafio para essa pesquisa histórica. Por que as chamadas forças progressistas não conseguem convencer a população para o seu projeto? O voto é expressão de simpatias pessoais ou confiança nos projetos políticos? Por que tornou-se necessário para as forças conservadoras reelaborarem seus discursos e suas práticas políticas para obterem a vitória?

Como militante, por mais de uma vez fui tentada a buscar explicações para tais questionamentos avaliando que as forças conservadoras têm o poder de manipular a opinião da maioria da população, principalmente através dos meios de comunicação de massas, do apadrinhamento, da resolução de problemas pessoais, da compra do voto, etc. Como estudante de história, entretanto, fui percebendo que tais respostas são superficiais e subestimam o sujeito em sua capacidade de pensar e reelaborar o que lhe é proposto. Isentam-no da responsabilidade de seus atos, de suas escolhas, enfim, da sua condição de agente na construção histórica.

Refletindo sobre as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e o Estado, Michel Foucault faz a seguinte constatação:

“Ele (o indivíduo) não pode ser considerado uma espécie de matéria inerte anterior e exterior às relações de poder que seria por elas atingido, submetido e finalmente destruído. Tornou-se um hábito explicar o poder capitalista como algo

que descaracteriza, massifica; o que implica a existência anterior de algo como uma individualidade com características, desejos, comportamentos, hábitos, necessidades, que seria investida pelo poder e sufocada, dominada, impedida de se expressar.”¹

Há que se refletir entretanto que, não sendo os indivíduos isentos de suas responsabilidades enquanto sujeitos históricos, as opções, concepções, desejos, ética, valores morais, enfim, tudo que compõe a sua forma de ser e de viver vai sendo construído no dia a dia, culturalmente.

Carlo Ginzburg alerta para o fato de que o conhecimento histórico não pode se restringir ao que se evidencia na superfície dos fatos, mas também deve considerar o que não está explicitado. Aliás, grande riqueza histórica encontra-se naquilo que aparentemente é negligenciável, descartável. Ao dissecar os fatos por este viés o historiador consegue encontrar pistas acerca da riqueza do processo histórico.²

Não se trata, contudo, de desconsiderar um aspecto em detrimento de outros. No caso deste trabalho não se trata de ignorar as explicações que busquei enquanto militante, como por exemplo, a influência do poder econômico num processo de disputa eleitoral. Isso com certeza, é um dos motivos que levam as pessoas a fazerem suas opções. Não obstante, outras motivações devem ser consideradas ao se

¹ Michel Foucault – *Microfísica do Poder*, Org. Trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, Pág. 19.

² Carlo Ginzburg. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

buscar explicações para as opções de cada um, como a questão afetiva, o grau de proximidade e/ou de parentesco do eleitor com o candidato, a gratidão por algum favor, as questões psicológicas, enfim, todos os aspectos que fazem parte da experiência dos indivíduos. Algumas pessoas, por exemplo, optam por apoiar candidatos que se propõem a desenvolver projetos mais coletivos, outras por quem resolve seus problemas pessoais. Por isso os motivos nunca são estanques. Pelo contrário, as pessoas pensam, reavaliam, mudam de posição, apresentam questionamentos, discordam ou concordam com as posturas políticas, com os projetos apresentados e com as concepções administrativas. Contudo, nenhuma opção está desvinculada da experiência. É na dinâmica histórica que o sujeito vai se fazendo e influenciando “as mudanças e permanências”. E. P. Thompson, faz a seguinte reflexão acerca do processo histórico:

“Assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas. Como comentou Sartre: A história não é ordem. É desordem: uma desordem racional. No momento mesmo em que mantém a ordem, isto é, a estrutura, a história já está a caminho de desfazê-la.”³

Portanto, a investigação histórica, deve ser desenvolvida de forma aberta, para que, à medida em que o objeto se apresente ao investigador, novas perguntas possam ser feitas sem que as respostas sejam forjadas para se explicar idéias já pré-elaboradas.

³ E. P. Thompson. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pág. 48.

Partindo desse pressuposto o historiador pode perceber e encontrar explicações para um processo histórico em fatos que, aparentemente, se apresentam de forma menos relevante e significativa e/ou menos evidente. Neste ponto, cabe reconhecer que as transformações sociais também são construídas ao longo do processo histórico.

A investigação histórica, porém, não se dá de forma neutra. Ao buscar as fontes e depois ao se deparar com elas, o pesquisador busca as respostas de acordo com as problemáticas e questionamentos, anteriormente apresentados, dependendo do ponto de onde ele parte. No decorrer dos trabalhos, podem ocorrer modificações que levam a outros caminhos. Para tanto é necessária abertura para deixar que as fontes também falem nesse processo. E as respostas serão obtidas dependendo do ponto onde o pesquisador se encontra. Michael de Certeau diz que **“toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural.”**⁴

Para a primeira parte deste trabalho que visava fazer um levantamento geral de quem participou dos pleitos como também quem foram os vencedores e os derrotados, foram utilizados como fontes, materiais de campanha dos candidatos, boletins eleitorais, notícias de jornais e revistas locais.

Interessante que o material das campanhas, não foi encontrado em nenhum arquivo público nem mesmo nos partidos políticos da cidade, e sim em um arquivo

⁴ Michael de Certeau. **História: Novos Problemas.** Pág. 18.

pessoal de um dos filiados do PMDB local, que gentilmente me possibilitou ter acesso aos mesmos. Isso foi difícil, porque os documentos se encontravam no escritório que era seu local de trabalho. Por isso mesmo a pesquisa não poderia ser feita lá. Minha única opção portanto, foi tirar cópias de todos os documentos que me interessavam para que eu pudesse fazer a análise.

Quanto aos boletins eleitorais tive mais dificuldades para obtê-los visto que ao procurar os cartórios eleitorais da cidade tomei conhecimento que, passados cinco anos após o pleito, os documentos são todos destruídos. A justificativa para tal ato, é que até cinco anos os candidatos podem recorrer dos resultados. Esgotado esse prazo, como os cartórios não possuem estrutura física para manter a documentação, eles são queimados sem deixar nem mesmo uma cópia. Tal constatação demonstra que quem dirige os cartórios eleitorais não possuem nenhuma perspectiva de manter a memória dos processos eleitorais. Sendo assim para obter os resultados tive que fazer a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral em Belo Horizonte que os enviou através dos Correios.

Conforme já foi dito anteriormente, a segunda parte da pesquisa se propôs a fazer um levantamento dos elementos que compõem o imaginário social e que consequentemente levam os eleitores a optarem por determinados candidatos. Para tanto foram utilizadas fontes orais.

Esta opção se deve ao fato de que as entrevistas orais podem revelar pontos de vista existentes na vida dos indivíduos, que normalmente não são encontrados em

documentos escritos. Isto porque as motivações dos sujeitos históricos não são somente racionais. Nenhum documento histórico por mais rico que seja, pode transmitir ao investigador a riqueza dos aspectos éticos e morais, enfim da subjetividade que se pode obter através das fontes orais. Aproveitando a fala de Alessandro Portelli, **“a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir.”**⁵

No documento escrito o investigador observa um fato cristalizado em um determinado momento da história. A versão das fontes orais por sua vez apresenta o passado em movimento, reinterpreta o fato, reavalia, e o transmite a partir do momento histórico em que o entrevistado vive. Como o investigador está trabalhando com pessoas, é necessário muita perspicácia e sensibilidade, para conseguir fazer fluir da fala do entrevistado os elementos mais subjetivos, muito ricos para a interpretação dos fatos.

Interessante que uma vez iniciado o trabalho, imaginei ser mais fácil obter as entrevistas orais do que a documentação escrita. Qual não foi a minha surpresa ao constatar exatamente o contrário. Tive imensas dificuldades para encontrar pessoas que se dispusessem a expor suas posições e preferências eleitorais. Não consegui avaliar concretamente porque isto se deu. Não sei se pelo fato da entrevista ser

⁵ Alessandro Portelli. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

gravada e as pessoas terem medo de se comprometer com suas falas; porque se envergonhavam de suas posições ou porque não confiavam que elas seriam utilizadas somente para desenvolver um trabalho acadêmico. O fato é que pessoas que conversaram comigo durante anos sobre suas posições políticas, quando solicitadas para dar entrevistas se recusavam sem dar maiores explicações. E, coincidentemente ou não, todas as pessoas que se recusaram a dar entrevistas sempre optaram por apoiar os candidatos de posições políticas conservadoras. Este, talvez, seja um elemento importante de análise, mas que não cabe ser feito aqui neste momento.

As entrevistas não foram feitas por amostragem. Foram feitas aleatoriamente com pessoas de idades, profissões e posições sociais mais ou menos diferentes. Não foi feita entrevista com nenhuma pessoa das classes sociais mais abastadas. No máximo de classe média. As perguntas, contudo, foram direcionadas, pois visavam saber as posições políticas das pessoas, bem como suas avaliações acerca dos candidatos por elas apoiados.

Na construção final do texto, o trabalho ficou distribuído da seguinte forma: no primeiro capítulo me propus a fazer um levantamento geral dos pleitos eleitorais de 1982, 1988, 1992 e 1996. No entanto, antes de fazer a apresentação de cada momento eleitoral, tornou-se necessária uma apresentação da conjuntura nacional visando demonstrar como que se deu a ligação do processo municipal dentro desse contexto mais amplo. Para cada um dos pleitos foram feitos levantamentos sobre

quem foram os vitoriosos, em que bases se deram os programas eleitorais, o que mudou e o que não mudou nas posturas e nos discursos políticos de quem estava na disputa.

No segundo capítulo, trabalhando fundamentalmente com fontes orais, foram feitas algumas análises relativas as posturas assumidas pelos eleitores visando encontrar em suas falas os elementos que evidenciam onde se respaldam as opções políticas desses sujeitos sociais.

CAPÍTULO I

OS ELEITOS E SEUS PROJETOS

Eleições de 1982: o povo opta por propostas mais democráticas

De 1888 à 1967 Uberlândia teve 21 prefeitos. Alguns com mais de um mandato (João Severiano Rodrigues da Cunha por exemplo, administrou a cidade em três gestões seguidas – 1912 à 1922); uns foram eleitos por voto direto, outros foram nomeados. Dentre eles encontramos militares, ruralistas, farmacêuticos, advogados, jornalistas e empresários.⁶ O que estes administradores tiveram de comum entre eles foi a concepção político-administrativa. Sem exceção, todos optaram pelo investimento em uma cidade progressista, moderna e empreendedora. Seus governos foram marcados, não pelo investimento em qualidade de vida da população, mas pela construção de grandes obras e favorecimento para o investimento do grande capital.

Durante uma década e meia (1967 à 1982) a cidade teve à frente do executivo apenas dois representantes do conservadorismo local: Renato de Freitas e Virgílio Galassi. Eles se alternaram no poder, eleição após eleição, durante 15 anos. Ambos não se diferenciaram dos prefeitos anteriores na forma de governar. Apesar de fazerem parte de grupos distintos, o projeto político era o mesmo. Os dois

⁶ Revista Flash – *Os Prefeitos do 1º Centenário – de Augusto César a Zaire Rezende*. Ano 1, nº 10, setembro 1988.

administradores voltaram suas atenções para atrair os grandes investidores, para a instalação de grandes indústrias, para o favorecimento à especulação imobiliária e priorizaram o investimento em obras suntuosas, que em muito pouco ou em quase nada melhorou a qualidade de vida da população. Um exemplo disso é o orçamento de 1982, elaborado em 1981, cujo prefeito era Virgílio Galassi. Enquanto se optou por orçar 11,6% para o gabinete do prefeito, 12,2% para a Secretaria Municipal de Governo, 48,4% para a Secretaria Municipal de Obras e 11,6% para a Secretaria de Serviços Urbanos, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura foi orçado apenas 6,8% e para a Secretaria Municipal de Ação Social e Saúde a insignificante cifra de 1,1%.⁷ Por este demonstrativo fica claro que saúde, educação, cultura e ação social não faziam parte das prioridades administrativas.

No início da década de 1980 a nação toda clamava pelo fim da ditadura militar que havia se instalado no Brasil desde 1964. Os movimentos populares, sindicais, religiosos e culturais pipocavam em todo o país. Os trabalhadores se organizaram e fundaram um partido: o PT – Partido dos Trabalhadores. Os outros partidos de esquerda como o PCB e PC do B, estavam saindo da clandestinidade. O movimento popular e sindical de todo o país se articulava e fundava a ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). Foi a partir dessa organização que nasceu a CUT - Central Única dos Trabalhadores, em 1983. A luta pelas eleições diretas para Presidente, começava a tomar corpo.

⁷ Informação retirada do programa de governo do candidato a prefeito do PMDB Zaire Rezende, ano 1982, pág. 25.

E foi neste contexto de efervescência política, que, de janeiro de 1981 à agosto de 1982, o grupo de apoio do então candidato à prefeitura de Uberlândia, Zaire Rezende (PMDB), realizou reuniões em 46 bairros da cidade, atingindo um número de 6.709 pessoas.⁸ Nessas reuniões eram debatidos os problemas do país, Estado e município. A partir de tais reuniões também foram acatadas sugestões que contribuíram, posteriormente, para a elaboração do programa de governo (amplamente distribuído para a população), cujos princípios para a ação administrativa eram os seguintes:

- 1) A ação do governo deverá estar sempre voltada para o ser humano, objeto e sujeito do desenvolvimento social.**
- 2) O reconhecimento de que os problemas básicos do município derivam da má distribuição de renda, do êxodo rural, do desemprego ou do subemprego e da má utilização dos recursos públicos, o que obriga grande parcela de nossa população a viver abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Para nós constitui-se em prioridade a solução desses problemas, mesmo que a capacidade de ação do governo municipal seja limitada. O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação do povo brasileiro.**
- 3) O reconhecimento do direito do povo de ser construtor de seu próprio destino, e que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular, como**

⁸ Informação retirada da proposta para ação de governo municipal do candidato a prefeito do PMDB Zaire Rezende, ano 1982, carta introdutória.

condição necessária para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impõem.

- 4) Absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas: o direito de livre pensamento, associação e expressão.**
- 5) O reconhecimento da independência dos poderes Executivo, Legislativo e judiciário como indispensável à manutenção das liberdades civis, ao cumprimento das leis e à fiscalização dos poderes públicos.**
- 6) O entendimento de que a finalidade exclusiva dos poderes públicos é servir comunidade, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal. Prefeito, vereadores, secretários ou funcionários municipais são empregados do povo, pagos por ele.**
- 7) O governo do município deve estar voltado para todos os uberlandenses, sem qualquer prioridades estabelecidas nos planos de governo.**
- 8) A exigência de respeito ao patrimônio público, mantendo-se inclusive, as obras já conquistadas.**
- 9) A aplicação dos recursos públicos deverá obedecer um planejamento elaborado com a participação efetiva da comunidade, seja através da Câmara de vereadores, seja através de outros órgãos ou mecanismos a serem criados.**
- 10) A defesa da autonomia municipal e de uma reforma tributária que a viabilize articulação com os demais municípios da região para esse e outros fins.⁹**

⁹ Proposta para ação de Governo municipal do candidato a prefeito do PMDB Zaire Rezende, ano 1982, pág. 1.

Diante da dura realidade de ditadura militar que estava sendo vivenciada pelos brasileiros, essa proposta poderia ser considerada altamente progressista e estava sintonizada com os anseios da população que clamava por democracia.

Naquele ano também foram candidatos a prefeito de Uberlândia, Renato de Freitas (PMDB), José Pereira Espíndola (PDS), Alceu Santos (PDS), José Carneiro (PDS), Aldorando Dias (PMDB) e Ari de Souza Neves (PT).¹⁰ Contudo, apesar do grande número de candidatos, Zaire Rezende elegeu-se prefeito de Uberlândia com 38% dos votos. Renato de Freitas ficou em segundo lugar com 20%, José Pereira Espíndola em terceiro com 15%, Alceu Santos em quarto com 13%, José Carneiro com 12%, Aldorando Dias com 2% e Ari Neves com menos de 1% dos votos.¹¹

Sobre este resultado algumas considerações tornam-se necessárias. Primeiramente vale ressaltar que Zaire Rezende foi vitorioso com 18% de diferença do segundo colocado. Isto é significativo, porque ele disputou com Renato de Freitas que já havia sido prefeito do município por duas vezes, e com Alceu Santos, que já havia sido vereador e era o candidato apoiado pelo então prefeito Virgílio Galassi. Também os demais candidatos perdedores (exceto Ari Neves) já tinham uma história de atuação política de destaque na cidade. José Pereira Espíndola, por exemplo, na

¹⁰ A Legislação Eleitoral daquele pleito permitia mais de uma candidatura do mesmo partido para cargos majoritários como prefeito por exemplo. Entretanto a eleição era para governador de estado, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador, e, o voto era vinculado ao partido, ou seja, quem votou para o governador do PMDB não podia votar em candidatos de partidos diferentes, sob pena de anular o voto.

¹¹ Informações obtidas através do acervo particular de Eduardo Afonso acerca das eleições municipais. O levantamento de todos pleitos desde o ano de 1972, foi feito por ele próprio.

eleição anterior (1976) havia sido candidato ao cargo de prefeito, tendo sido derrotado pelo vitorioso Virgílio Galassi com uma pequena diferença de 3.626, num universo de 63.213 eleitores,¹² o que demonstra o processo de disputa acirrada e a força política de Espíndola. Aldorando Dias, por sua vez, é empresário e de família tradicional na cidade. Por tudo isso, em comparação com os outros candidatos, Zaire Rezende era, até então, um ilustre desconhecido, pois, apesar de ser natural de Uberlândia, ausentou-se para estudar no Rio de Janeiro e, depois, foi morar em São Sebastião/SP permanecendo ali longo tempo, tendo sido, inclusive, vereador por duas gestões naquela cidade. Somente em 1976 retornou novamente para Uberlândia e exerceu sua profissão como médico ginecologista no Hospital Santa Clara até 1982.

Nesse sentido a vitória da candidatura Zaire não se deveu à aprovação de gestões anteriores, como no caso de Renato de Freitas, e nem ao fato dele já ter tido uma atuação política de destaque na cidade, como vários dos seus concorrentes. Em grande medida, ela estava associada à novidade de sua proposta administrativa. Seu programa de governo trazia detalhadamente as iniciativas necessárias para resolver problemas que atingiam diretamente a população qual seja: saúde, saneamento, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, transporte, asfaltamento, segurança pública, meio ambiente, assistência social etc., sem se desvincular das questões nacionais que atingiam a população.¹³ Além disso, propunha a transparência e

¹² Idem.

¹³ Cf. princípios para a ação administrativa já citados.

participação popular nas decisões governamentais. Aliado a estes fatores, soma-se a acertada tática do grupo de apoio do candidato de realizar reuniões em inúmeros bairros da cidade um ano e meio antes do processo eleitoral. Isso possibilitou ao candidato, além do contato direto com as pessoas, refletir com as mesmas sobre os problemas vivenciados. E, naquele momento em que a população ainda experimentava a repressão política, qualquer proposta que apontasse para uma administração mais democrática era uma grande novidade.

No caso do PT, que também participou desse processo eleitoral, cabe um outro tipo de reflexão. Apesar de suas propostas serem radicais e apontarem para a ruptura com o sistema vigente (contra a ditadura, não pagamento da dívida externa, reforma agrária, aumento de salários etc.) era um partido recém fundado e sem estrutura econômica. Aliás, de acordo com sua própria carta programa, sua participação no processo eleitoral visava muito mais consolidar suas idéias diante da população e dos movimentos sociais do que propriamente disputar para vencer e ocupar cargos. O trecho abaixo, retirado de sua carta programa, explicita este propósito de forma clara e objetiva.

“O PT vai às eleições com os seguintes objetivos básicos:

- 1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.**

- 2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.**
- 3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e para assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.**
- 4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais.”¹⁴**

Visando cumprir tais objetivos, o PT não se preocupou em esmiuçar propostas que dissessem respeito particularmente ao município. Sua discussão foi muito mais ampla e geral. Dentre outras coisas, este pode ter sido um dos motivos pelo qual não conseguiu empolgar a população naquele momento, como o programa de Zaire Rezende.

Há que se considerar também, que 1982 foi um período em que as forças conservadoras da cidade estavam desguarnecidas, em termos de articulação política. Vários foram os candidatos que disputavam o mesmo espaço: Renato de Freitas, Alceu Santos, José Espíndola e Aldorando Dias. Sem contar que no início da

¹⁴ Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores, aprovada no encontro nacional do PT em 27 e 28 de março de 1982 em São Paulo.

campanha, eles subestimaram a capacidade de crescimento da candidatura de Zaire Rezende. Somente perceberam o equívoco nos últimos dias que antecederam as eleições que ocorreram no dia 15 de novembro. Aí já não havia mais tempo para reverter a situação. Foram derrotados.

Eleições de 1988: o retorno ao passado

Muitos acontecimentos que tiveram lugar no período de 1982 à 1988 mudaram significativamente a conjuntura política, tanto nacional, quanto municipal.

Ainda em janeiro de 1984 desencadeou-se o movimento nacional em favor das eleições diretas para presidente da República. Os movimentos sociais e sindicais, os artistas, setores diversos da sociedade civil e políticos dos mais diferentes partidos foram para as ruas em prol dessa luta. Dante de Oliveira, Deputado Federal do PMDB, deu entrada no Congresso Nacional de uma Emenda Constitucional instituindo eleições diretas para presidente. O Brasil inteiro se envolveu neste movimento. Foram feitos inúmeros comícios em todo o país (inclusive em Uberlândia) com a participação de figuras expressivas do cenário político brasileiro, como: Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Serra, Lula, José Dirceu, Olívio Dutra, José Genuíno, Eduardo Suplicy, Leonel Brizola e muitos outros. Milhares de pessoas ecoaram “diretas já”, a palavra de ordem do movimento, expressando sua vontade de votar para presidente. Foi um dos maiores movimentos de rua que o Brasil já conheceu em sua história.

No Congresso a movimentação foi grande. Os políticos contra e a favor das eleições diretas se movimentaram, arregimentando apoios.

Apesar do enorme movimento, dos milhões de pessoas que foram para as ruas, o Congresso se reuniu no dia 25 de abril de 1984 e rejeitou a emenda Dante de Oliveira. Assim as eleições para presidente, realizadas em 1985, ainda se deram via colégio eleitoral.

Mesmo sendo através de via indireta essas eleições, as alianças realizadas pelo grupo vitorioso expressaram o momento de transição. Tancredo Neves (um dos mais veementes defensores das diretas) se candidatou ao cargo de Presidente e José Sarney (um dos mais veementes defensores das eleições indiretas) saiu como seu vice, depois de um acordo com um grupo de dissidentes do PDS que posteriormente fundaram o PFL. Paulo Maluf e Mário Andreazza (este militar) também se candidataram. O PT deliberou por sua bancada não participar do processo. Dois deputados que não acataram a decisão (Bete Mendes e Aírton Soares) foram expulsos do partido.

O Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves presidente em 15 janeiro de 1985, mas o mesmo não assumiu o cargo porque ficou gravemente doente no dia da posse (15 de março) e em 21 de abril, veio a falecer depois de passar por inúmeras cirurgias. José Sarney, que era seu vice, assumiu o cargo efetivamente.

Em fevereiro de 1986 o governo de José Sarney institui o plano cruzado. Os preços foram congelados e os salários passaram a ser reajustados de acordo com a

variação da inflação, ou seja, quando a inflação aumentava, automaticamente disparava-se o gatilho de aumento de salários na mesma proporção. A população foi novamente para as ruas, desta vez para fiscalizar e denunciar ao governo o aumento de preços. Eram os “fiscais do Sarney” em ação. As mercadorias começaram a sumir das prateleiras, a carne desapareceu dos açougues. A maioria da população reclamava, mas ainda assim, muitos apoiavam o governo. A culpa era dos empresários que queriam a volta da inflação. A situação foi ficando insustentável. Mesmo assim Sarney conseguiu contornar os problemas até 15 novembro de 1986 quando ocorreram eleições para governadores de estado, deputados e senadores constituintes. Mas, nem bem haviam terminadas as apurações, o plano cruzado foi à bancarrota. Os preços foram liberados e a inflação retornou de forma galopante com a conseqüente perda do poder de compra dos salários. Contudo, o PMDB foi o grande vencedor das eleições: fez a grande maioria dos governadores de Estado e a maior bancada de deputados federais e senadores. Tornou-se o partido de maior representatividade no país.

Conforme já dissemos anteriormente, o Congresso eleito foi responsável pela elaboração da nova Constituição Federal. Antes das eleições as regras da Constituinte foram elaboradas. A sociedade pediu mas foi impedida de participar do processo, diretamente. A nova Constituição seria elaborada somente pelos deputados e senadores. O máximo que se conseguiu foi a possibilidade de colocar no Congresso através de um dos Deputados, emendas assinadas pelas entidades de

classe como OAB, ABI, CUT e outras e pressionar o Congresso com as mobilizações da sociedade para que as mesmas fossem aprovadas

Novamente o Brasil inteiro se mobilizou para garantir pelo menos alguns avanços. Ao final vieram uma série de conquistas, como, por exemplo, a diminuição da carga horária semanal de 48 para 44 horas, a aposentadoria com idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, licença maternidade de 120 dias com garantia de um ano de estabilidade após o retorno, licença paternidade de 5 dias e muitas outras. No dia 06 de outubro de 1988 a nova Constituição foi promulgada, mas com a proposta de no prazo de 5 anos se fazer uma nova revisão

Uberlândia elegeu 4 deputados constituintes: Virgílio Galassi (PDS), Homero Santos (PDS), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB), Chico Humberto (PDT) e elegeu Ronan Tito (PMDB) Senador. Para Deputado Estadual foi eleito Geraldo Rezende. Contudo Mário Pacheco (PTB), que havia ficado na primeira suplência, assumiu o cargo quando da composição do secretariado do Estado.

Em nível municipal a conjuntura política estava complicada. Zaire Rezende enfrentava inúmeras dificuldades com a Câmara Municipal que, em 1982, era composta de 11 vereadores do PMDB e 8 do PDS. Em 1988 o quadro era outro: 4 vereadores do PDS, 4 do PFL, 2 do PDT, 1 sem partido, 1 do PCB e 7 do PMDB. Portanto, a maioria dos vereadores faziam oposição à administração, e dificultavam a aprovação de qualquer projeto de iniciativa do executivo.

Além disso os órgãos de imprensa (exceto o Jornal Primeira Hora, cujos proprietários eram aliados de Zaire Rezende), não davam trégua. Faziam oposição acirrada.

Uma das ações mais criticadas foi a instituição do IPTU progressivo para os imóveis vagos e a isenção para os imóveis com menos de 70 metros quadrados de construção. Também estabeleceu-se uma lei de uso e ocupação do solo. Uma das medidas desta lei, era que qualquer construção não poderia ocupar todo o espaço do terreno. Era necessário deixar um espaço de 3 metros de frente, mais 1,5 m em cada lateral. O donos de imobiliárias (que possuíam inúmeros terrenos para especulação e que construíam várias casas minúsculas para aluguel ocupando todo o terreno) reagiram e buscaram a adesão das pessoas que tinham um ou mais imóveis, mas que nem de perto se comparavam aos especuladores imobiliários.

Além disso, Zaire não investiu na construção de obras suntuosas, mas priorizou o investimento em saúde, educação, creches, cultura, saneamento básico, asfaltamento, lazer e inaugurou a prática da discussão do orçamento com a população. Não se tratava de uma discussão deliberativa, contudo indicava as prioridades para as quais o dinheiro deveria ser canalizado. Sobre isto Virgílio Galassi se manifestou em uma entrevista à revista Flash da seguinte forma:

“HL – Falando em ideologia, como o Sr. vê a Democracia Participativa da atual administração municipal de Uberlândia?

VG – Eu sou contra a democracia participativa, porque acho que o povo não participa nada. O povo é simplesmente conversado. Esta é que é a verdade. É um processo infinito de conversação, que não produz nada. A verdade é que as obras das democracias participativas (eu não estou referindo só a de Uberlândia), geralmente são poucas. É um tipo de administração que fica na periferia da cidade, num trabalho de lavagem cerebral e que, na verdade, faz pouca coisa. O asfalto que faz é cobrado, a rede de águas e esgoto, a rede elétrica que faz é cobrado. Então, até aí não inovou nada, não fez nada. Mas as grandes obras, as grandes bases de emprego, isto nós não temos conseguido através de todas as administrações de democracia participativa. Acho que isto é uma coisa ideológica, não tem nenhum sentido real de desenvolvimento e não elimina (como é anunciado) o processo de pobreza. Porque a pobreza só termina quando você dá a ela um choque de riqueza. O antídoto de pobreza é riqueza.”¹⁵

De 1982 à 1988 o PMDB demonstrou expressiva força eleitoral: assumiu a presidência da república em 1985, fez a maior bancada de parlamentares constituintes na Câmara e no Senado e o maior número de governadores nos Estados brasileiros, em 1986. Mas, para a maioria da população, a situação não melhorou. Pelo contrário, verificou-se uma inflação galopante com conseqüente perda do poder aquisitivo, insuficiência nos serviços de educação e saúde e ausência de política habitacional, ou seja tudo que interferia no dia a dia da população

¹⁵ Revisa Flash, Ano 1, nº 3 – Fevereiro de 1988 – pág. 25.

estava indo de mal a pior. Isto provocou um clima de insatisfação e de decepção em todo o país e, obviamente, também na população de Uberlândia.

Esta foi uma das armas utilizadas contra a administração de Zaire. Em uma reportagem da revista Flash sobre o processo eleitoral de 1988 podemos perceber estas intenções. Ela diz o seguinte:

“Subir ou descer é a dúvida que atormenta o PMDB, que se viu colocado diante de um quadro contraditório, contando com aval da administração Zaire Rezende, competente, mas tendo que carregar o pesado ônus de uma incompetente política nacional. Os peemedebistas apostam pesado na administração municipal, acreditando que ela terá um apelo mais forte junto ao eleitorado, principalmente no setor rural e distritos, onde se fez um dos mais sérios e competentes trabalhos da história uberlandense.”¹⁶

Ora, como destratar a pessoa de Zaire Rezende podia implicar perda de dividendos políticos, visto tratar-se de pessoa muito carismática, simpática e muito respeitada até mesmo por quem não aprovava sua administração, a estratégia de desgaste de seu governo deveria ser outra. Neste caso, a arma utilizada era vinculá-lo ao PMDB que tinha tudo para resolver os problemas da população de todo país, inclusive de Uberlândia, e não o fez.

Mas, mais difícil do que enfrentar a oposição da imprensa e dos outros políticos foi resolver os problemas internos do PMDB. Aquele grupo coeso que

¹⁶ Revista Flash, Ano 1, nº 10, setembro de 1988 - Pág. 22.

trabalhou no período pré eleitoral de 1982 não existia mais. Havia divergências administrativas bem como disputas pela candidatura à sucessão em 1988. Devido a esta e outras dificuldades houve desentendimentos. Niza Luz, que de janeiro de 1984 à junho de 1988, foi Secretária de Ação Social, por exemplo, devido a divergências internas e disputa pelo poder dentro do partido se desfilou do PMDB e organizou o PSDB, recém fundado em nível nacional.

Se havia problemas no PMDB, por outro lado os partidos de oposição se organizaram para a disputa. O PDS, PFL, PL e PDT se uniram e no interior de uma frente chamada MDU (Movimento Democrático Uberlandense) lançaram Virgílio Galassi (prefeito) e Chico Humberto (vice-prefeito). Na convenção do PDT que deliberou pela aliança junto com os partidos conservadores havia uma faixa com a seguinte frase: “Os extremos se unem por Uberlândia”.¹⁷ Os grandes articuladores desta frente foram Virgílio Galassi e Homero Santos. A definição dos nomes dos candidatos e dos partidos que compunham a frente saíram nos últimos dias que antecederam o prazo final para as convenções. Isto impossibilitou a articulação de outros partidos para participarem da disputa menos divididos. A imprensa elogiou Virgílio Galassi e definiu aquela estratégia como sendo um “golpe de mestre” de quem realmente sabe fazer política.¹⁸

¹⁷ Revista Flash, Ano 1, nº 10, setembro de 1988 - Pág. 18.

¹⁸ Idem.

Se por um lado o MDU saiu fortalecido, os outros partidos saíram divididos. Apesar de muitas tentativas não houve possibilidades de unificação entre o PMDB e o PSDB porque uma das exigências era que Niza Luz fosse candidata a vice prefeita. O PMDB não aceitou. Ofereceu outros cargos. O problema não foi resolvido e a aliança não saiu. Ao final das convenções partidárias o quadro de disputa ficou da seguinte forma: o PMDB lançou Luiz Alberto Rodrigues e Custódio Gonçalves; pelo PT saíram Túlio Franco e Nelson Menezes; pelo PSDB, PCB, Pcdob e PSB saíram Niza Luz e Antônio Jorge Neto. Também foram candidatos: Ruan Drumond e Wander Batista pelo PJ, cujo principal objetivo era divulgar Fernando Collor, “o caçador de marajás”, candidato a presidente da República em 1989, e, por último, Siomar Rodrigues de Souza e Martha Masini pelo PDC.

Apesar de tantos candidatos a disputa acabou se polarizando entre Luiz Alberto Rodrigues e Virgílio Galassi.

O programa de governo de Luiz Alberto de certa forma dava continuidade ao projeto de Zaire Rezende. Apresentava propostas sobre educação, saúde, habitação, transporte coletivo, segurança, prioridade ao menor, cultura, meio ambiente, esporte e lazer. Além disso defendia a continuidade do trabalho iniciado nos Distritos e zona rural; elaboração de um programa de industrialização visando o aumento de emprego; crescimento econômico e riqueza da cidade; planejamento do crescimento da cidade visando a qualidade de vida da população com saneamento básico,

pavimentação etc., tudo isso com garantia de uma gestão democrática e aberta para a participação popular.

Virgílio entrou na disputa apresentando as mesmas concepções de administrar a cidade sob a égide do desenvolvimento. Não obstante, desta vez a proposta de desenvolvimento vinha acompanhada de proposições que também apontavam ações para atendimento às questões sociais como: educação, saúde pública, segurança pública, cultura, transportes, turismo, esporte e lazer, valorização do funcionalismo público, distritos, meio rural e ecologia.

Junto à proposta de governo foi distribuído um questionário solicitando à população que marcasse um “X” sobre as ações que considerassem mais necessárias para melhorar os problemas referentes a tudo que fazia parte da proposta de programa de governo acima referidos. Quem respondesse deveria levar para o comitê de campanha dos candidatos para que, assim, fosse feito um levantamento e seriam atendidas as propostas vencedoras assim que tomassem posse. Junto ao questionário vinha um espaço para que as pessoas fizessem perguntas que, no programa do horário político gratuito, seriam respondidas.

Para quem se manifestou tão veementemente contra a democracia participativa e afirmou que “o povo era enrolado”, dá para se questionar: o que mudou? A opinião de Virgílio mudou acerca da importância da participação popular ou foi puro jogo de marketing para “enrolar o povo” e vencer as eleições?

O resultado final do pleito foi o seguinte: em um universo de 143.240 eleitores, Virgílio saiu vitorioso com 50% dos votos; Luiz Alberto ficou em segundo lugar com 35%; Niza Luz em terceiro com 12%; Túlio Franco em quarto com 2,5%; Juan Drumon em quinto com 0,3% e Siomar Rodrigues em sexto lugar com 0,2% dos votos.

Eleições de 1992: Nada de novo – Os discursos se confundem

Após 29 anos contados a partir de 1960, em 1989 finalmente o povo brasileiro pode votar para presidente da República. Os principais candidatos que concorreram a essas eleições foram: Fernando Collor de Melo apoiado pelo PRN, PPR, PSC e PTR; Luiz Inácio Lula da Silva apoiado pela Frente Brasil Popular composta pelo PT, PCB, Pcdob, PSB e PV; Paulo Maluf pelo PDS; Enéas Carneiro pelo PRONA; Aureliano Chaves pelo PFL; Ulisses Guimarães pelo PMDB; Mário Covas pelo PSDB; Afif Domingos pelo PL; Ronaldo Caiado pelo PSD; Celso Brant pelo PMN e Afonso Camargo pelo PTB.

No dia 17 de dezembro de 1989 Fernando Collor foi vitorioso no segundo turno. Assumiu no dia 15 de março de 1990 e sua primeira medida foi instituir o chamado plano Collor. Já de pronto os trabalhadores tiveram seus salários desvalorizado, tendo em vista que não receberam a reposição da inflação de 84%, referente ao mês de fevereiro daquele ano. A poupança, as aplicações financeiras e

até as contas correntes foram confiscadas e a moeda corrente voltou a se chamar cruzeiro. Os salários foram congelados.

Entretanto, estas medidas tiveram pouca eficácia. Aos poucos o governo foi perdendo o controle. A inflação foi retornando e, é claro, os trabalhadores cada vez mais perdendo o poder aquisitivo.

Em 1990 ocorreram eleições para Governador de Estado, senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Uberlândia elegeu Zaire Rezende (PMDB) e Odelmo Leão Carneiro (PRN) para Deputados Federais, e Geraldo Rezende (PMDB), e Gilmar Machado (PT) para deputados estaduais.

Collor assumiu o governo explorando a imagem do homem atlético, forte e destemido que não se curvava diante de pressões políticas e que, acima de tudo, defendia a moralidade pública e a ética.

Entretanto, este jogo de marketing foi desmontado a partir de uma denúncia de Pedro Collor (seu irmão) a uma revista de circulação nacional (Veja), acerca da corrupção e tráfico de influência que estava ocorrendo dentro do próprio governo.

A partir desta denúncia foi desencadeado todo um processo de mobilização nacional: no Congresso, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguação das denúncias e na sociedade, através de entidades sociais e sindicais crescia a tese do impeachment.

Em setembro de 1992 a Câmara Federal autorizou o julgamento do Presidente Collor pelo Senado Federal, que em dezembro do mesmo ano decidiu pelo seu impeachment sendo ele impedido de se candidatar para qualquer cargo público durante os 8 anos subsequentes, assumindo a vacância do cargo seu vice Itamar Franco.

E foi em meio a toda esta turbulência política que ocorreram as eleições municipais de 1992.

Em Uberlândia também ocorreram modificações no quadro político. “Os extremos que se uniram por Uberlândia”, já não estavam mais tão unidos assim. Chico Humberto já havia rompido com o MDU. E não foi por Uberlândia, e sim por questões relativas à ocupação de cargos administrativos, bem como por disputa de poder na cidade.

Aquela aliança havia rendido para o PDT duas secretarias. Afrânio de Freitas Azevedo (irmão de Chico) assumiu a secretaria de Educação e Joel Cupertino a Secretaria Municipal de Ação Social. No início, Chico Humberto fez elogios ao MDU e à administração de Virgílio. Com o passar do tempo começaram a surgir divergências administrativas até mesmo com o irmão, porque as medidas propostas por Chico não foram implementadas. Já em 1990 Chico Humberto se candidatou para Deputado Federal, mas o restante do grupo que compunha o MDU optou por apoiar Odelmo Leão Carneiro. E esse se elegeu com expressiva votação. Isso já provocou enormes descontentamentos dentro do PDT, pois Chico Humberto saiu

derrotado. Além disso, Joel Cupertino foi substituído na Secretaria de Ação Social por Niza Luz (que se desfilou do PSDB e foi para o PRN) à pedido de Leonídio Bolsas (vereador eleito pelo PDT) que também havia se transferido para o PRN. Ao final de tudo, o PDT acabou sendo aniquilado pelo restante do grupo do MDU.

Não obstante, ocorreu também um fortalecimento no setor de oposição. Além das eleições de Zaire Rezende para Deputado Federal, Gilmar Machado, do PT, para Deputado Estadual em 1990, no final do ano de 1991 ocorreram eleições para Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, sendo eleita uma administração progressista (com Nestor Barbosa de Andrade à frente) que contou com o apoio dos partidos de oposição como o PT, PMDB, PPS e Pcdob, dos sindicatos e dos movimentos populares. Isto foi inédito, porque, até então, a universidade só havia sido administrada pelos setores claramente vinculados ao conservadorismo local. Nestor somente foi empossado no final do ano de 1992, depois de muitas lutas do movimento que apoiou sua eleição, porque o cargo era de nomeação do presidente da República. As eleições, neste caso, serviam somente como indicador porque a referida nomeação era feita à partir de uma lista sêxtupla. Somente a partir de muita pressão do movimento é que ele foi nomeado pelo Presidente Itamar Franco, quando este assumiu a presidência no lugar de Fernando Collor.

Desse movimento é muito importante dizer que, ao mesmo tempo em que Zaire Rezende, Gilmar Machado e outros políticos de oposição faziam gestão junto

ao governo pela nomeação do reitor eleito, por outro lado, Odelmo Leão Carneiro, Homero Santos, Virgílio Galassi e seus aliados faziam gestão contra a nomeação.

Nesse contexto, ocorreram eleições municipais de 1992 que foram em dois turnos, pois Uberlândia já possuía mais de 223 mil eleitores.

Uma das novidades deste processo, foi a candidatura de Gilmar Machado e Paulo Franco arregimentando em torno de seus nomes os partidos de esquerda (PT, PPS e Pcdob). Sua campanha saiu com o slogan do Movimento Feliz Cidade. As diretrizes básicas do programa de governo dessa candidatura propunham medidas que garantiam a melhoria da qualidade de vida da população, bem como uma gestão absolutamente democrática e aberta à participação popular.

Conforme já foi dito anteriormente, quem perdeu na aliança que fez com o MDU foi o PDT. E isto foi expressado quando Chico Humberto se candidatou para Deputado Federal e não se reelegeu, e depois, em 1992 se candidatou para prefeito e teve uma votação absolutamente inexpressiva. Sem contar que setores do próprio PDT não apoiaram sua candidatura optando pelo candidato Geraldo Rezende, do PMDB, inclusive com uma chapa de candidatos a vereador.

Também foi candidato neste pleito Bádue Morum Bernadino pelo PDS e PL. Trata-se de um empresário imobiliário e de família tradicional da cidade.

Mas apesar da disputa ter se dado entre vários candidatos, a campanha foi polarizada desde o primeiro turno entre Geraldo Rezende, cuja coligação foi

composta pelo PMDB, PSB, PTR e PDT e Paulo Ferolla, com a coligação do PFL e PRN, ainda com o nome de MDU.

Em dezembro de 1991, Virgílio Galassi deu uma entrevista à Revista TAPA NO PAPO¹⁹ e afirmou que o perfil da pessoa que ele gostaria que fosse seu sucessor era de Paulo Ferolla. Em 1992, no prazo limite para as convenções dos partidos, este mesmo nome foi indicado como candidato do PFL e PRN. Desta vez o MDU era representado somente por dois partidos.

Interessante nesta questão é que embora Virgílio fosse do PDS como ele queria que Paulo Ferolla fosse o candidato do MDU optou por apoiá-lo, contrariando a decisão de seu partido que havia lançado Bádue Morum.

Há que se ressaltar entretanto que ao contrário do pleito anterior, a imprensa local não ligou nem a pessoa de Virgílio Galassi e nem a de Paulo Ferolla ao governo de Fernando Collor de Melo, que estava passando por um processo de impeachment. Pelo contrário, em nenhuma circunstância fez-se menção ao fato deles serem aliados, apesar do PRN ser um dos partidos da coligação. Naquele momento Paulo Ferolla era apenas o candidato do MDU e não se cogitou a vinculação deste grupo com o Presidente que estava sendo investigado.

Quando Ferolla foi lançado candidato, Geraldo Rezende já estava em campanha. As pesquisas de opinião apontavam sua vantagem sobre o outros

¹⁹ Revista Tapa no Papo, Ano 1, Dezembro, 1991, nº 7 – Págs. 5-9.

candidatos. Seu programa foi apresentado à população com o slogan: desenvolvimento e qualidade de vida. Interessante que, como no programa de Zaire Rezende em 1982 e de Luiz Alberto Rodrigues em 1988, ele continha propostas para ampliar o atendimento às áreas sociais. Entretanto, ele começa sua proposta justificando a necessidade de se investir em grandes obras, para preparar Uberlândia para o próximo século.

“PLANO DE OBRAS PRIORITÁRIAS

Precisamos começar a construir a Uberlândia do século XXI. Nosso plano de obras prioritárias tem por objetivo dotar a cidade de uma infra-estrutura compatível com o ritmo do nosso desenvolvimento e estabelecer em Uberlândia um padrão de qualidade de vida que sirva de exemplo para o resto do país. Com dinamismo e competência, o nosso governo desenvolverá um conjunto de obras que irá atender às exigências e aspirações de uma sociedade moderna e avançada.”²⁰

À seguir ele apresenta o conjunto de obras prioritárias durante seu governo:

“O QUE VAMOS FAZER?

- 1. Construção de uma rede de hospitais e prontos-socorros municipais.**
- 2. Duplicação da BR-050 a partir do trevo Régis Bittencourt (saída Araguari) até o entroncamento de saída para Araxá e Uberaba ...**

²⁰ Programa de Governo do candidato à Prefeito de Uberlândia Geraldo Rezende, no pleito eleitoral de 1992.

- 3. Construção de um conjunto de viadutos no entroncamento de Araxá e Uberaba...**
- 4. Construção de um viaduto na Rua Vitalino Rezende do Carmo (próximo à Escola Messias Pedreiro) sobre a Rondon Pacheco...**
- 5. Construção de um viaduto na avenida João Naves de Ávila, sobre a Rondon Pacheco...**
- 6. Construção de um Viaduto na Avenida Nicomedes Alves dos Santos sobre a Rondon Pacheco...**
- 7. Construção de pontes sobre o Rio Uberabinha, interligando o sistema viários dos Bairros daquela região, entre eles o Jaraguá, Vallé, Daniel Fonseca e Martins.**
- 8. Canalização e Urbanização dos Córregos Liso, Buritizinho, Jataí, Pito Aceso, Lagoinha e do Óleo**
- 9. Construção e Urbanização de uma avenida sobre o Córrego Jataí, ligando a Avenida João Naves de Ávila ao Parque do Sabiá e melhorando o acesso e a integração dos bairros Santa Mônica e Tibery.**
- 10. Construção de galerias pluviais e urbanização da Avenida Antônio Tomás Rezende no trecho compreendido entre o viaduto Régis Bittencourt e oanel viário da cidade industrial.**
- 11. Construção de galerias para solucionar o escoamento das águas pluviais na Avenida Vasconcelos Costa.**
- 12. Solução para o problema das águas pluviais, nos Bairros Operário, Aparecida, Brasil e áreas contíguas.**

- 13. Construção de Estações de Tratamento de Esgoto, livrando o Rio Uberabinha e os córregos do município da poluição do esgoto doméstico e industrial.**
- 14. Ampliar a rede de reservatórios de água.**
- 15. Construção de terminais de Integração de Transporte Coletivo Urbano.**
- 16. Equacionar definitiva os problemas da Avenida Rondon Pacheco.**
- 17. Trabalhar para dotar Uberlândia de 100% (cem por cento) de pavimentação.**
- 18. Execução de um plano de obras sociais que inclui a construção de escolas, centros de saúde, casas populares, creches, espaços culturais, áreas de lazer e centros poliesportivos.**
- 19. Construção da sede própria do Conselho de Entidades Comunitárias.”²¹**

Importante perceber que dos 19 itens apresentados somente 7 deles são voltados para atender os problemas sociais. O restante são obras que se destinam à preparar a cidade para o ano 2.000.

Ferolla por sua vez se apresenta com um programa, cuja apresentação vem com o seguinte texto:

“Tenho dito em todas oportunidades que surgem, que “as promessas eleitorais são feitas para serem esquecidas. Compromisso é para ser cumprido.

²¹ Idem.

A proposta de governo aqui apresentada é resultado de uma profunda reflexão sobre a realidade de Uberlândia – extraída da convivência com seus problemas, do contato permanente com seus diversos segmentos sociais e do conhecimento detalhado do potencial de realização do governo que será inaugurado em 1º de janeiro de 1993.

Não há portanto, no conjunto de idéias aqui reunidas, promessas de palanque ou simplesmente intenções. Há compromissos, para serem cumpridos. Temos consciência do desafio que nos espera nos próximos quatro anos. Os problemas ... que só pode ser superado com dedicação, honestidade, trabalho e competência.

Foi exatamente com estes ingredientes que administramos Uberlândia nos últimos quatro anos. ...

Vamos continuar neste caminho, multiplicando as ações, ampliando as conquistas sociais e consolidando uma obra administrativa, cujo objetivo principal – razão da própria existência deste governo – é, e continuará sendo, a geração de um desenvolvimento que atinja a cada um, como cidadão, e a todos, como comunidade. Por isto, nossa proposta de governo leva este título: “DESENVOLVIMENTO PARA TODOS”.²²

Na sequência, a proposta é minuciosamente detalhada. Sob a perspectiva de cumprir as deliberações do plano diretor da cidade o candidato se compromete a construir calçadas, boulevard na Av. Afonso Pena, transferir a prefeitura,

²² Apresentação do Programa de Governo do candidato a prefeito Paulo Ferolla, nas eleições de 1992.

reformular a praça Tubal Vilela, criar o sistema integrado de transportes, recuperar o Rio Uberabinha e criar áreas de lazer às suas margens. Em seguida o programa apresenta detalhadamente as ações para resolver os problemas ligados às questões de segurança pública, educação, construção de creches, unidades de atendimento ao menor, atendimento aos idosos, saúde, meio ambiente, cultura, esporte e lazer.

No item Obras, o programa afirma “VAMOS FAZER” obras de instalação de energia elétrica, esgoto e água em todos os bairros da cidade. Mas também afirma que serão construídos viadutos, pontes, passarelas etc.

Por fim, o programa trás a seguinte afirmação: **“GUARDE ESTE DOCUMENTO” Ele é a garantia do futuro que você deseja para nossa cidade. Confira, através dele como será cumprido cada um dos compromissos”**²³

De acordo com o que foi apresentado, ao se comparar os programas percebe-se que os mesmos pouco se diferenciavam. No papel, as propostas de Paulo Ferolla (que aglutinava ao seu redor a maior parte das forças conservadoras da cidade), as Geraldo Rezende, caracterizado como um candidato de centro e as de Gilmar Machado (claramente apoiado pelos setores de esquerda) não apresentaram grandes diferenças. Todas propunham desenvolvimento da cidade com qualidade de vida para a população.

²³ Conclusão do Programa de Governo do Candidato à Prefeito de Uberlândia, Paulo Ferolla nas eleições de 1992.

Pelas regras eleitorais credenciaram-se para disputar o segundo turno Geraldo Rezende e Paulo Ferolla. Sem nenhuma surpresa o vitorioso do primeiro turno, Paulo Ferolla, foi também o vencedor do segundo turno, elegendo-se prefeito de Uberlândia. Para o seu bom desempenho eleitoral contribuíram, entre outros fatores, uma campanha tecnicamente bem elaborada, a farta utilização da máquina administrativa, toda imprensa local à seu favor e algo que até então este grupo ainda não havia podido contar: o apoio de dirigentes de inúmeras associações de moradores.

Os números do primeiro turno foram os seguintes: Paulo Ferolla em primeiro lugar com 34%, Geraldo Rezende em segundo com 32%, Bádue Morum em terceiro com 21%, Gilmar Machado em quarto com 8% e Chico Humberto em quinto com 5% dos votos.

No segundo turno Paulo Ferolla ficou em primeiro com 54% e Geraldo Rezende em segundo com 46%. A diferença de um para o outro foi de 8%.

Neste pleito ocorreu também algo inédito na política de Uberlândia. Virgílio Galassi conseguiu o que nenhum prefeito havia conseguido até então: elegeu o seu sucessor.

Diante das várias denúncias de desvio de dinheiro público para a eleição de Paulo Ferolla, inclusive com a utilização de contas fantasmas, Geraldo Rezende e Gilmar Machado acionam a justiça para apurar tais irregularidades. Mas, apesar das repercussões desse escândalo, o processo ficou rolando na justiça sem que isso

impedisse a posse do prefeito eleito, em 1º de janeiro de 1993, e a continuidade de sua gestão durante todo o prazo previsto pela legislação.

Eleições de 1996: A população se divide, mas o conservadorismo permanece

Desde o final dos governos militares, passando pelo governo supostamente democrático de José Sarney foi se construindo uma ideologia que buscou localizar no Estado o maior culpado pelos grandes problemas sociais existentes no país, como a má distribuição de renda e o caos na saúde pública e na educação.

Nesse sentido tornara-se necessário começar um programa de eliminação dos gastos públicos, o que seguiria a implementação de uma política séria de diminuição do Estado.

Esta ideologia foi altamente reforçada à partir das denúncias que levaram ao impeachment do Presidente Fernando Collor e, logo após, o escândalo dos “Anões do Orçamento”, que se utilizavam do dinheiro público para enriquecimentos ilícitos.

Foi nesse clima de total insatisfação e desesperança da população que o governo de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda, iniciou uma nova fase na política econômica brasileira. O novo plano econômico, que se propunha a estabilizar a economia e acabar com a inflação foi iniciado com a URV. Logo após instituiu-se o plano Real. A moeda mudou de nome novamente e passou a chamar-se Real. Não cabe aqui dar detalhes das medidas que

foram implementadas, mas o fato é que elas foram eficientes no que diz respeito ao controle da inflação reduzindo-a a um índice próximo de zero..

Fernando Henrique Cardoso, ancorado no sucesso do Plano Real, se candidatou a presidência da República em 1994 e foi eleito ainda no primeiro turno, mesmo disputando com candidatos de grande potencial eleitoral, como Lula (PT), Leonel Brizola (PDT) e outros.

À frente do governo Fernando Henrique colocou em prática uma série de ações que visaram claramente desestabilizar os setores mais organizados da sociedade. Apesar disso, os movimentos populares, os movimentos sindicais (incluindo Centrais Sindicais, principalmente a CUT) e os partidos de esquerda foram a campo em defesa dos trabalhadores, denunciando as perdas salariais e a recessão que já estava “batendo às portas”. Ficava claro que o plano era recessivo, pois congelava os salários, não investia no crescimento da produção, promovia a elevação dos juros e alimentava a especulação financeira.

Com a recessão, que realmente veio, e com a nova e dura realidade que ela trouxe, aos poucos a capacidade de luta dos trabalhadores foi minando. As tradicionais lutas por aumento de salários foram substituídas por ações que visavam a manutenção do emprego.

E, para piorar esse estado de coisas, o governo passou a implementar uma série de medidas neoliberais à semelhança da Europa, Estados Unidos e outras partes do mundo visando reduzir o já minguado investimento na área social e

procurando alcançar o chamado Estado Mínimo. Entre outras medidas, começaram as privatizações. Empresas estratégicas como Usiminas e Vale do Rio Doce foram para o leilão e foram privatizadas, tendo como respaldo o discurso de que o Estado tinha de diminuir os gastos, para priorizar a saúde, a educação, a moradia etc.

A política de juros altos provocou uma quebra generalizada de pequenas empresas em todo o país. O dinheiro saiu do mercado. O caminho foi aberto para o mercado estrangeiro e para as importações. A sociedade mostrava-se perplexa diante da dura realidade, principalmente o movimento organizado. A luta pela sobrevivência foi acirrada. Entretanto, como a inflação estava paralisada, a população alimentava uma aparente tranquilidade, principalmente em relação a situação anterior que esteve às “raias do desespero”, com uma inflação que quase atingiu os três dígitos ao mês. Durante muitos anos foi construída uma idéia de que os aumentos de salários eram os causadores da inflação. Neste sentido, vendeu-se a idéia de que era melhor um salário baixo com as pessoas podendo se programar, do que obter aumentos com uma inflação galopante.

Essa conjuntura nacional trouxe uma nova realidade tanto no que diz respeito às questões econômicas bem como em nível de organização política. Os partidos de esquerda (principalmente o PT) começaram a perceber a importância de se aliarem a todos os setores da sociedade que, de alguma forma, discordavam da política econômica que estava sendo implementada. Foi com esta perspectiva que o PT de Uberlândia iniciou uma discussão interna para estudar a viabilidade de uma aliança

com Zaire Rezende e o PMDB com vistas a disputar o executivo municipal. De certa forma esse movimento já havia se iniciado desde as eleições de 1992, quando Geraldo Rezende (PMDB) e Gilmar Machado (PT) denunciaram, conjuntamente, o candidato Paulo Ferolla da Silva por práticas de desvios de verbas e uso da máquina administrativa durante o processo eleitoral. Também ocorreram outros momentos de mobilização, como as eleições para Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, apoios às reivindicações dos movimentos populares e eleições de associações de moradores.

Já em 1995 Zaire Rezende se apresentou como candidato à prefeito e procurou o PT para compor uma aliança. Ao mesmo tempo iniciou uma ampla discussão acerca das propostas do programa de governo, desta vez não nos bairros, mas com professores da Universidade Federal de Uberlândia, com representantes de partidos políticos, bem como com pessoas ligadas aos sindicatos e movimentos populares.

Dentro do PT desencadeou-se um fecundo processo de discussão. Um setor defendia a aliança, porque considerava que o partido tinha responsabilidade diante do novo quadro político e econômico e que era necessário se aliar a todos os setores que se colocavam contra a política neoliberal que estava sendo implementada pelo governo FHC. Entendia-se que Zaire Rezende já havia demonstrado ser contrário ao projeto governamental tendo em vista que, como Deputado Federal, nunca havia se posicionado à favor do Governo. Outro setor rechaçava veementemente a aliança,

porque considerava um erro o PT, que sempre assumiu uma postura de oposição, se aliar ao PMDB que fazia parte do governo FHC e o ajudava a implementar sua política.

O problema foi amplamente debatido em reuniões, plenárias etc. Finalmente, no encontro municipal do partido realizado em abril de 1996, com quase 300 participantes, a aliança foi aprovada por uma pequena maioria (4 votos de diferença). O nome de Orlando Rezende (filiado ao PT desde sua fundação, em 1981) foi indicado para ser o candidato à Vice Prefeito.

Por outro lado, as forças conservadoras se articularam unificando os partidos PPB, PFL, PTB, PL, PSDC e PSL e lançaram o nome de Virgílio Galassi para disputar a prefeitura pela quarta vez.

Outras candidaturas também disputaram o pleito: Paulo Sérgio do PSDB, Chico Humberto do PDT e Manoel Oliveira do PSC. Desde o início no entanto, a disputa polarizou-se entre Zaire Rezende e Virgílio Galassi.

A proposta administrativa de Zaire Rezende, de acordo com seu programa de governo, era de conjugar o desenvolvimento da cidade sem perder de vista a qualidade de vida. O trecho abaixo ilustra esta proposição:

“O desenvolvimento econômico e a qualidade de vida são indissociáveis. Sem qualidade de vida não se pode conceber a afirmação da cidadania. Historicamente, a idéia de desenvolvimento sempre esteve identificada com indicadores

estritamente econômicos. Estes se referem, apenas, à economia institucional e nada dizem sobre a saúde pública, a educação, as condições ambientais e outros fatores que caracterizam, de fato, o nível de desenvolvimento da população.

O modelo de desenvolvimento, que aumenta a exclusão social e a degradação do meio ambiente, é perverso. Perverso, porque ao priorizar os interesses de alguns segmentos já privilegiados, promove a exclusão da maioria. Não é por outra razão que a questão social tem se imposto de forma tão incisiva.

Governaremos Uberlândia com uma concepção de desenvolvimento sustentado do ponto de vista econômico e ambiental e que tenha como núcleo estratégico a qualidade de vida de toda a população. Nossas ações estarão voltadas para a implantação de um projeto social e político capaz de gerar uma nova ordem menos injusta e mais solidária.”²⁴

Esses foram os princípios que nortearam toda a proposta administrativa do candidato nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer e turismo. Algumas experiências bem sucedidas de prefeituras petistas também foram inseridas, como orçamento participativo, bolsa escola e banco do povo. Também foram apresentadas propostas específicas para mulheres, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, migração, trabalho e outros.

²⁴ Programa de Governo do candidato Zaire Rezende à Prefeito de Uberlândia, nas eleições de 1996.

Conforme já foi dito anteriormente, Virgílio Galassi aglomerou em torno de sua candidatura os setores mais conservadores da cidade. Desde membros dos partidos políticos que compuseram a aliança até empresários, industriais, religiosos (principalmente das igrejas evangélicas) e membros de entidades populares e sindicais. Apesar do fato dele já ter sido Prefeito por três gestões anteriores e ser um fortíssimo candidato, o MDU de forma alguma desmereceu a candidatura de Zaire Rezende. Perder aquelas eleições, naquele momento, não significaria perder somente o poder. Significaria a derrota de um projeto político construído e propagado durante décadas na cidade de Uberlândia e que tinha como um dos seus mais convictos defensores Virgílio Galassi. Seria a vitória de um outro projeto político e ideológico sempre rechaçado, desprezado e ignorado pelas forças conservadoras da cidade. Ganhar naquele momento significava não dar espaço para os novos atores que despontavam no cenário político da cidade. Seria acima de tudo, uma questão de honra.

Mas a disputa não seria fácil. O MDU sabia que a pessoa de Zaire Rezende era muito respeitada devido à sua seriedade, coerência política, e acima de tudo, pelo seu incontestável carisma pessoal, sem contar que a sua administração - priorizando o atendimento aos setores sociais - foi aprovada por uma boa parcela da população. Outro aspecto considerado foi o fato de tratar-se de uma candidatura que havia arregimentado em torno de si os setores da sociedade (organizados ou não) que

sempre fizeram oposição ao projeto político do qual Virgílio Galassi era um dos seus maiores expoentes.

Diante de tudo isso, a campanha de Virgílio foi pensada de forma a romper com todas as barreiras que de alguma forma pudessem dar a vitória à Zaire. Desde a escolha da candidatura ao cargo de vice-prefeita, quando optou-se por uma mulher (Niza Luz), que já havia trabalhado junto com Zaire na gestão anterior; passando pelo marketing de campanha, até a utilização da máquina administrativa, troca de favores, inscrição para compra da casa própria feitas pelos próprios funcionários públicos, distribuição de cestas-básicas, intimidação de funcionários públicos municipais que, por ventura, manifestavam seu apoio a outros candidatos, enfim, todos os recursos lícitos e ilícitos foram utilizados para dar a vitória à Virgílio Galassi.

Aliado a todos estes fatores, o programa de governo continha ações voltadas para a preparação da cidade para o ano 2.000, mas com propostas voltadas para a melhoria de atendimento à saúde, educação, habitação, lazer, atendimento aos idosos, portadores de deficiência, etc. Portanto, aquele discurso de que “o que resolve o problema da pobreza é um choque de riqueza” já havia sido abandonado, para reconhecer as necessidades da maioria da população.

Essa opção possibilitou uma maior aproximação de seu discurso ao de Zaire Rezende, que apresentava uma proposta, cujas prioridades eram voltadas para o atendimento às áreas sociais.

Zaire Rezende por sua vez, não dispendo de todo o aparato econômico do adversário, sem fazer uso da máquina administrativa, e não contando apoio da imprensa, mesmo assim, viu sua campanha crescer e tomar vulto. Muitas pessoas que há muito não participavam de nenhuma atividade militante resolveram aderir e trabalhar em prol de sua candidatura. Além disso, a escolha das músicas de campanha e das cores, enfim, todo o marketing foi muito bem trabalhado, apesar do pouco dinheiro.

As eleições, segundo a legislação vigente, se deu em dois turnos. No final do primeiro turno Virgílio Galassi afirmava categoricamente que sairia vitorioso ainda naquela etapa. Mas isto não ocorreu. Ele ficou em primeiro lugar com 44,7% dos votos e Zaire em segundo com 43,0%, marcando a realização do segundo turno. O desempenho dos demais candidatos foi o seguinte: Paulo Sérgio do PSDB ficou em terceiro com 10,0%, Chico Humberto do PDT em quarto com 1,6% e Manoel Oliveira do PSC em quinto com 0,3% dos votos.

No segundo turno Virgílio Galassi investiu firmemente nas propostas para o atendimento às áreas sociais e abandonou o discurso do desenvolvimento. Apresentou propostas para resolver o problema do desemprego, viabilização para a compra da casa própria, construção de um hospital maternidade, melhorias para a educação, saúde etc, buscando maior proximidade com o discurso de Zaire Rezende, que também tinha propostas para todos estes setores.

Nessa oportunidade, Zaire Rezende teve um problema cardíaco, cuja enfermidade forçou-o a se submeter a uma pequena cirurgia, ficando internado em São Paulo durante vários dias. Isso foi amplamente explorado pelos opositores que procuravam aterrorizar os eleitores afirmando que Zaire estava gravemente enfermo e, que caso ele vencesse as eleições e viesse a falecer, a cidade seria governada pelo PT, porque Orlando Rezende (o candidato à Vice Prefeito) era filiado àquele partido. As pesquisas de opinião foram amplamente divulgadas dando ampla vantagem para Virgílio Galassi.

Mas os apoiadores de Zaire Rezende não desanimaram. Mesmo com ele ausente e com a queda nas pesquisas a campanha não parou. No dia em que ele retornou de São Paulo foi recebido no aeroporto por milhares de pessoas. Este fato deu vida nova à campanha. Zaire começou a subir novamente nas pesquisas. Os militantes se empolgaram e foram para as ruas pedir voto.

No primeiro turno houve eleições para vereadores e muitas pessoas estavam trabalhando nas campanhas de seus candidatos. No segundo turno, todos se concentraram nas campanhas dos candidatos majoritários. Foram realizadas passeatas, carreatas, reuniões de bairros, visitas às casas etc. Há muito Uberlândia não via uma disputa tão acirrada. Virgílio afirmava categoricamente que seria vitorioso com ampla vantagem. A realidade entretanto mostrava outra coisa. A disputa estava muito polarizada, e qualquer um que fosse vitorioso seria com uma pequena margem de diferença. E foi o que realmente ocorreu. Virgílio realmente

saiu vitorioso, mas com uma vantagem de apenas 725 votos de diferença, num universo de 220.865 eleitores. Isso foi constatado somente quando foram apurados os últimos votos.

Esse resultado foi significativo, porque demonstrou que metade dos eleitores de Uberlândia havia optado por um projeto diferente daquele que o conservadorismo local sempre implementou na cidade, desde sua fundação.

Podemos considerar, portanto, que desde a primeira vitória de Zaire Rezende em 1982, a história política de Uberlândia tomou rumos diferentes, pois apesar das forças conservadoras terem sido mais uma vez vitoriosas nos números, as posturas políticas e administrativas tiveram que ser modificadas para sua própria manutenção no poder. E isso tem um significado histórico que vale a pena ser aprofundado.

CAPÍTULO II

DA CIDADE IMAGINADA À OPÇÃO PELO CANDIDATO:

ELEMENTOS QUE DEFINEM O VOTO

Depois de enunciado, no capítulo anterior, os atores que ocuparam o cenário político em Uberlândia, no período aqui retratado, e suas principais propostas administrativas, creio ser necessário analisar alguns dos elementos constitutivos de tal trama histórica, particularmente aquelas ligadas às práticas do poder político e suas múltiplas relações com o social.

Ao fazer um levantamento das fontes históricas de Uberlândia, acerca de tais práticas, João Marcos Alem **“denuncia um esforço notável para transformar a própria história em um instrumento de dominação. (...) Livros, jornais, revistas, documentação partidária, legislativa e administrativa, além de outros registros, constituem uma curiosa constelação mitológica, sedutora de nativos e imigrantes”**.²⁵

Ainda segundo esse autor, tais fontes mencionam a ação da classe política da cidade como sendo de uma enorme capacidade de iniciativas, forjando para ela um grande destino. As ações dos administradores que fizeram gestões junto aos governos estaduais e nacionais, para trazer benefícios como a estrada de ferro da companhia Mogiana, a companhia de Auto Viação, a construção de estradas e

²⁵ João Marcos Alem. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia in: História e Perspectivas – Revista do Curso de História, nº 4 Jan/Jun 1991.

pontes, enfim o investimento em infra estrutura necessária para fazer de Uberlândia uma cidade de rota comercial e, conseqüentemente, de destaque em nível nacional, são altamente valorizadas. Devido a essas e muitas outras iniciativas, vai se construindo a imagem de homens grandiosos, que acima de tudo dedicaram sua vida em prol da cidade que amam. Isto ficou bastante evidenciado na fala de uma das entrevistadas neste trabalho, Dona Ariolina Calixtro Rodrigues, nordestina, moradora de Uberlândia desde 1984. No seu depoimento ela diz o seguinte acerca da administração do Prefeito Virgílio Galassi:

“Se o Senhor Virgílio morresse hoje, ele poderia morrer feliz, porque ele já fez por Uberlândia, tudo que era necessário prá que ela seja uma grande cidade”. Ele fez ... o estádio do Parque do Sabiá (e isso foi muito importante para o lazer dos pobres); resolveu os problemas da Av. Rondon Pacheco, construiu viadutos para resolver os problemas do trânsito e muitas outras obras importantes.”²⁶

Por trás da fala de D. Areolina, podemos perceber os pressupostos do discurso ideológico. As obras por ela citadas, são importantes não porque beneficiam diretamente os cidadãos, mas sim porque contribuem para que Uberlândia seja uma grande cidade. Isto faz com que ela se sinta orgulhosa, identificada com o projeto da cidade progressista, moderna, bonita. O fato dela não ser uberlandense é ainda mais significativo, pois demonstra a eficiência do discurso

²⁶ Conforme depoimento de D. Areolina Calistro Rodrigues, ex-irmã religiosa e moradora do Bairro Segismundo Pereira em Uberlândia em entrevista concedida a autora em fevereiro de 1999.

dos setores dominantes locais, em termos de convencimentos, até mesmo junto às pessoas vindas de fora. Em outros termos, ela se tornou uma igual. Sobre esta questão João Marcos Além faz a seguinte reflexão:

“O poder das representações está, ainda, por ser avaliado em toda sua extensão, porque elas não se limitam às matérias de cunho historiográfico, literário e jornalístico, mas se incorporaram às falas cotidianas dos habitantes. Tornaram-se parte comum das muitas memórias coletivas locais. Dito de outra forma, os diversos grupos de

imigrantes que foram aportando à cidade ao longo de sua história teriam apenas se incluído em uma experiência social predestinada, concebida como triunfo desde a fundação da cidade e, por isso, irrecorrível, obrigatoriamente aceitável por todos. Assim, do ângulo da memória histórica dominante, existiriam aqui marcas indelévels de subjetividade, às quais se submetem todos os habitantes, nativos e estrangeiros, por mais que apresentem singularidades culturais, de classe, ou qualquer outra. Enfim, dentre uma multiplicidade de discursos efetivamente existentes, há um discurso histórico e cultural nativo, elaborado pelas elites, que pretende fixar as categorias históricas locais, ao mesmo tempo que absorve e tenta integrar os outros diferentes sujeitos que vão se constituindo na cidade”.²⁷

²⁷ João Marcos Além. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia, in: *História & Perspectivas*. Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 4, jan/jun 1991, pág. 80

Refletindo sobre a construção do discurso ideológico, Marilena Chauí assim se expressa:

“Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal.”²⁸

Partindo desse pressuposto podemos considerar que as grandes obras, as que projetam a cidade, com certeza influenciam a opção dos eleitores. Não porque eles se beneficiam diretamente delas, mas porque se sentem identificados com a cidade, quando a mesma é projetada interna e externamente. A suntuosidade da obra é o particular que dá aparência do universal. É a lacuna que possibilita a homogeneidade do discurso ideológico.²⁹

Na verdade, a aparência do universal camufla quem são os verdadeiros beneficiados dessas grandes obras, ou seja, as empreiteiras, os comerciantes, os industriais, enfim, os detentores do grande capital. Mas isso não importa. O fato do torcedor ter um estádio de futebol que o possibilite a assistir a um jogo da seleção brasileira, (mesmo sendo um jogo amistoso), ou até mesmo falar que grandes atletas visitaram a sua cidade (ainda que a falta de dinheiro não tenha permitido que fosse ao estádio conhecê-los pessoalmente), tudo isso é bastante para fazê-lo se sentir grande, importante, orgulhoso. Quando isso ocorre, o Brasil inteiro fica sabendo que

²⁸ Marilena Chauí. *Cultura e Democracia*. 6ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 1993, pág. 21.

²⁹ Idem.

Uberlândia possui um estádio de futebol que comporta pelo menos cinquenta mil pessoas e que tem um gramado bem cuidado que parece um tapete de grama. Também não importa se ele não possui um veículo automotor para transitar pelos grandes viadutos. Ele se vangloria da obra, elogia, se sente feliz por poder observá-la de longe, ou então poder passar por ela de bicicleta ou a pé, ou no máximo dentro dos ônibus coletivos lotados.

Por trás de todo este aparato ideológico que dá sustentação ao processo de urbanização de Uberlândia, fundamentado na ordem e no progresso, **“organizaram-se os fundamentos básicos da sociedade uberlandense, baseados no trabalho, na disciplina e na subordinação dos espaços de produção. O poder disciplinar, ao perpassar por toda a sociedade uberlandense, procuraria definir o lugar de cada um no processo da produção e no social.”**³⁰ Neste lugar social as pessoas já ocupam seus espaços. Durante a campanha de 1996 um adesivo de campanha trazia a seguinte frase: “Amo Uberlândia, Voto Virgílio”. Ou seja, não votar em Virgílio, que é um dos mais ardorosos defensores desse referido modelo urbanístico, significaria não amar Uberlândia. Mesmo que esse progresso não chegue até o eleitor em forma de benefícios, é o poder das representações dos setores dominantes locais que se pretende hegemônico, ditando “a priori” o comportamento social.

³⁰ Jane de Fátima Silva Rodrigues. **“Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – Setor de Serviços – 1924-1946”**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989, pág. 47.

Nessa ótica, a ninguém é permitido discordar deste projeto. **“Ao lado da construção ideológica de uma sociedade voltada para a produção material, percebe-se também o discurso da obediência e da harmonia, como fatores imprescindíveis para o desenvolvimento.”**³¹ Nesse sentido, quem, de alguma forma, apresenta resistência a esse projeto participando de algum tipo de movimento, apresentando propostas diferentes, contestando o que já está previamente imposto, são aqueles que não amam Uberlândia, são estrangeiros em sua própria cidade, baderneiros que não têm seriedade. É como o filho que desobedece aos pais, que rompe com a disciplina estabelecida dentro da família. Para esse filho desobediente cabe o castigo, merecendo ser rejeitado, alijado, desconsiderado. Jane de Fátima Silva Rodrigues diz o seguinte sobre a história da cidade:

“Nossa ‘recordação’ sobre a possível ‘lembança’ de movimentos contrários a esta ordem estabelecida data, apenas, do ano de 1959, com o movimento denominado ‘Quebra Quebra’, que agitou a cidade. Afora isto, a laboriosidade do povo uberlandense se colocou acima das lembranças das greves ocorridas durante as décadas de 40 e 50; das agitações e prisões políticas dos anos 60; do ‘mandonismo’ e da sujeição aos caciques políticos e da possibilidade de organização classista-partidária do operariado uberlandense.”³²

³¹ Idem, pág. 47.

³² Idem, pág. 08.

Mas a identificação social não se dá somente em relação a grandes obras. Ela se dá também ao nível das personalidades e/ou da criação dos mitos. Não é por acaso que nos períodos eleitorais os candidatos vão às casas dos trabalhadores, sentam-se com eles, tomam cafezinhos, dão tapinhas nas costas. Isso faz com que esses trabalhadores se sintam importantes por ter podido receber uma visita tão ilustre, mesmo que seja somente de passagem. Com isso, ele já passa a se considerar amigo do candidato e, portanto, comprometido em apoiá-lo. Para ilustrar podemos citar um caso típico. Quando Odelmo Leão Carneiro ia se candidatar pela primeira vez para Deputado Federal foi visitar Dona Areolina, a entrevistada acima citada. Conta ela que no momento em que ele chegou à sua casa, ela pensou que ele tivesse ido lhe cobrar o apoio, pois ele havia lhe ajudado financeiramente a construir uma creche no Bairro Segismundo Pereira. Mas qual não foi sua surpresa quando ele apenas lhe disse: **“ Eu vim aqui porque alguns companheiros querem que eu saia candidato a Deputado Federal... De lá do Camaru... Eu vim aqui perguntar para a Senhora: Se a senhora quer que eu saia eu saio, se a senhora disser que não, não.”**³³ Obviamente que ela concordou e o apoiou, não somente naquela campanha, mas também nas posteriores. Ele usou de habilidade para convencê-la a se comprometer com sua candidatura, que já devia estar consumada independente de sua posição. Quando ele a “ajudou” a construir a creche, com certeza o fez com o intuito de pedir apoio à sua candidatura, posteriormente. Entretanto, deu a entender

Conforme depoimento de Areolina Calixtro Rodrigues, moradora do Bairro Segismundo Pereira em Uberlândia em entrevista concedida a autora, em fevereiro de 1999. .

que não fez isso em forma de cobrança. Pelo contrário, transferiu-lhe a responsabilidade de decidir sobre a possibilidade de ser candidato ou não. Este tipo de prática fez com que ela se sentisse envaidecida por poder decidir sobre algo de tamanha importância. Por trás desse tipo de atitude escondem-se as práticas do mandonismo, do apadrinhamento, da compra do voto, do favorecimento pessoal, etc.

Mas não é necessário “ajudar” a construir uma creche para conseguir obter o apoio de determinados eleitores. Muitas vezes, basta uma camiseta de campanha, um jogo de camisa para o time de futebol, uma bola, o pagamento de uma conta de água ou luz, a quitação de um aluguel atrasado, conseguir uma consulta pelo SUS “debaixo do pano”, uma cesta-básica, um emprego e outros pequenos favores que deixam as pessoas eternamente agradecidas. O caso de Dona Nair Rodrigues de Melo, natural de Igarapava, moradora do Bairro Aparecida, em Uberlândia, pode constatar tal assertiva. Durante entrevista, ela disse que em 1982 votou no candidato Alceu Santos (PDS), porque ele havia conseguido uma bolsa de estudos (50% do valor total) para que sua filha pudesse fazer um curso de inglês. Além disso ele era amigo da família.³⁴ Há que se considerar, entretanto, que para desenvolver uma campanha política que se propõe a fazer este tipo de atendimento individual, é primordial que o candidato tenha potencial econômico.

Entretanto outros elementos também devem ser considerados.

³⁴ Conforme depoimento de Dona Nair Rodrigues de Melo, moradora do Bairro Aparecida em Uberlândia, em entrevista concedida a autora em fevereiro de 1999.

Em entrevista realizada com um morador natural de Uberlândia, Evandro Juraci Francisco, 37 anos, trabalhador da construção civil, ele diz o seguinte sobre os motivos que o levaram a votar para prefeito em Paulo Ferolla em 1992:

“eu votei no Paulo Ferolla pelo seguinte: na, na, eleição pas... que já tinha tido anteriormente, quem ganhou foi o Virgílio né? E... e o trabalho do Virgílio foi muito bem feito e o Paulo Ferolla ia dar continuidade àquele trabalho que ele já tinha tido.”³⁵

Perguntado sobre o tipo de trabalho realizado por Virgílio, que o levou a se referenciar para se decidir a votar no candidato apoiado por ele, Evandro respondeu o seguinte:

“Uai! É o seguinte: teve... o estádio, teve o Parque do Sabiá, prá ajudar o pessoal, os pobre né, de ter um lugar de lazer, os viadutos, principalmente o Monteiro Lobato, que tinha aquele trevo Monteiro Lobato ali, que ele cortou aquilo ali, e acabou com todos os acidentes que havia ali, e outros viadutos que teve ai também, que foi importante para o povo.”³⁶

Por esta fala, podemos considerar que as grandes obras foram a referência para ele. Entretanto, a construção do Parque do Sabiá foi importante, não por ser uma obra imponente, mas por ser um espaço de lazer para os pobres. Da mesma

³⁵ Conforme depoimento de Evandro Juraci Francisco, morador de Uberlândia, em entrevista concedida a autora em fevereiro de 1999.

³⁶ Idem.

forma ao considerar a importância da construção dos viadutos, Evandro se baseia no fato de que eles resolveram os problemas de acidentes de trânsito que, com certeza, para ele deveria ser muito significativo. Dessa forma, além de reproduzir a fala oficial, amplamente difundida na época da inauguração do referido viaduto, o entrevistado não faz menção à falta de segurança no trânsito que permanece em várias partes da cidade, o que, forçosamente, o levaria a concluir sobre o descaso do poder público nessa área.

Seja como for, as motivações que levaram esse eleitor a optar por votar no candidato Paulo Ferolla não foram somente porque a cidade ficou bonita e beneficiou o progresso e o desenvolvimento. Seus motivos são também coletivos. De alguma forma, ele e mais pessoas, se sentiram ou foram convencidas a se sentirem beneficiadas. Afirmar que esse eleitor optou por votar apenas em função de manipulações é com certeza desmerecer a sua experiência de vida.

Ora, frequentemente, nos deparamos com práticas historiográficas que não consideram como valor analítico as experiências de vidas dos sujeitos sociais. Prefiro me alinhar a um tipo de postura teórica onde a elas é dada importância. Vejamos o que diz E.P. Thompson, ao discutir a prática histórica:

“Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico. Ou poderíamos chamar, antes que a

dialética fosse rudemente arrancada de nossas mãos e transformada no brinquedo do escolasticismo.

A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre por um lado conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados. E por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste”.³⁷

Com certeza, são vários aspectos que influenciaram na decisão de Evandro. Entretanto, durante sua fala, ele deixa explícito, como sendo mais significativo algo que, aparentemente, poderia ser negligenciado, ou seja, o fato “dos pobres terem um espaço de lazer”, e/ou o fato de em um determinado espaço da cidade não ocorrerem mais tantos acidentes. Para além da resolução ou não dos problemas de acidentes ou da falta de lazer, cabe reconhecer que essas são questões que fazem parte do universo de preocupação desse trabalhador e, nesse sentido, a campanha do candidato Paulo Ferolla soube explorar com primazia esse sentimento.

Partindo-se das primeiras evidências chega-se à constatação de que o entrevistado fez sua opção, porque foi influenciado pela imponência das obras por

³⁷ E. P. Thompson. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, Pág. 54.

ele mesmo citadas, o que ao menos em parte é verdadeiro. Contudo, ao se buscar explicação em sua experiência, percebe-se que seus motivos não foram somente o que lhe foi imposto ideologicamente através do discurso dominante, mas que houve também uma aproximação entre as suas aspirações e as realizações do poder público, embora nunca nas dimensões difundidas pelo próprio poder.

E são exatamente essas experiências de vida e suas reelaborações que vão forçando as mudanças dos discursos e das posturas políticas e administrativas. Se são positivas ou negativas, vai depender do ponto de vista de quem as percebe e as experimenta. Dalmo de Abreu Dallari diz que:

“O poder do Estado não é exercido num vácuo, nem se reduz a um simples jogo de normas existentes por si. Bem longe disso, é usado para atingir certas finalidades e suas regras são alteradas, em sua substância, para assegurar as finalidades consideradas boas, em determinada época, pelos que detêm o direito de exercer o poder estatal. Assim sendo, todos os julgamentos sobre os valores que o Estado deve perseguir e sobre a maneira pela qual deve atuar dependem, em grande parte, da apreciação que se faça a respeito das finalidades que ele está buscando atingir e das maneiras pelas quais procura consegui-las.”³⁸

E as finalidades são forjadas na dialética do processo histórico, tanto para quem exerce, quanto para quem delega o poder político, ou seja, os eleitores. No

³⁸ Dalmo de Abreu Dallari. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. Editora Saraiva, SP, 1993, pág. 108.

primeiro capítulo deste trabalho explicitamos as mudanças de posturas e do discurso do prefeito Virgílio Galassi à partir da administração de Zaire Rezende (1982-1988). Muito do que foi iniciado em termos de atendimento à saúde, creches, educação, cultura (que não fora prioridades nas suas gestões anteriores), teve que ser dado continuidade e em alguns casos ampliado. Virgílio tinha consciência de que se fosse retirado aquilo de bom que a população já havia experimentado, lhe traria enormes desgastes.

A entrevista de Ordália Maria Ramos, 52 anos, natural da cidade de Canápolis, moradora na cidade há mais ou menos 40 anos, residente atualmente no Bairro Santa Mônica, constata esse fato. Ela afirmou que nem se lembrava em quem havia votado nas eleições de 1982. Só sabia que não era em Zaire Rezende. Entretanto, acabou se arrependendo de não ter votado nele, pois começou a observar o que estava sendo feito e percebeu que estava sendo bom para a população. Perguntada sobre o que para ela foi tão significativo para mudar sua opinião, ela disse o seguinte:

“Olha, o Zaire acho que pelo fato dele ser médico, ele foi muito pela área social, né? Então ele se preocupou com saúde, alimentação, porque nesta época minhas meninas estavam começando a estudar e a gente via a atuação dele diante das escolas. Então era verduras colhidas fresquinhas, era escovação dentária, nas escolas acompanhando tudo e, inclusive a gente... as mães ajudava a tirar as verduras do caminhão que era mandado. Então foi um trabalho muito

grande! Infelizmente um trabalho que poucas pessoas tomavam conhecimento, né? Porque hoje é um viaduto uma coisa grande prá mostrar né? Então quem tinha filhos na escola que acompanhou, viu a importância desse interesse dela pela saúde. Porque a alimentação é a base da saúde.³⁹

No decorrer da entrevista Ordália lembrou outras obras realizadas por Zaire Rezende como postos de saúde e construção de praças que beneficiavam o lazer dos moradores. E deixou claro que vota em pessoas, não em partidos políticos. Quando escolhe um candidato para votar o que ela realmente observa é se ele é uma pessoa que defende o ser humano e atende questões como saúde e educação.

Perguntada se ela votaria no prefeito Virgílio Galassi, ela disse:

“Não, porque e eu acho que ele não serve. Ele nunca demonstrou nenhum interesse pelo povo assim, né? Pode ver que, por exemplo eu tenho lá de pareia comigo o Parque do Sabiá. Por que lá... tá lá abandonado. Lá hoje é alugado para convenções religiosas né? Não tem time. Quer dizer o dinheirão que tirou do povo, investiu lá, e tá lá prá nada né? Então ele quer mostrar, olha eu fiz esse campo, mas a cidade não tem time. Quando tem, o pessoal trabalhador não tem condição de ir, porque não tem como pagar, né?⁴⁰

Portanto, podemos concluir que as condições objetivas que a levam a fazer a opção por determinado candidato não dizem respeito somente a sua própria vida,

³⁹ Conforme depoimento de Ordália Maria Ramos, moradora do Bairro Santa Mônica em Uberlândia, em entrevista concedida a autora em fevereiro de 1999.

⁴⁰ Idem.

mas também às de outras pessoas. A partir da experiência de ter suas filhas estudando em uma escola pública onde as crianças eram bem alimentadas, sua reflexão acerca do papel do administrador também mudou, outros elementos foram integrados. Ela já começou a refletir que seria melhor que o dinheiro que foi gasto em um estádio de futebol tivesse sido canalizado para resolver problemas mais urgentes.

Não foi o que se deu, por exemplo, com Olgamara Pereira de Oliveira, 22 anos, estudante de Administração de Empresas na Universidade do Triângulo (UNIT) moradora do Bairro Santa Mônica. Na entrevista ela deixou claro que é afinada com as concepções políticas do MDU e que em 1992 votou em Paulo Ferolla e em 1996 em Virgílio Galassi. Contudo lembrou que durante a gestão de Zaire Rezende também estudava em uma escola estadual, e que naquela época o lanche da escola era excelente e altamente nutritivo. Por causa disso ela elogiou seu trabalho e disse que esta foi uma das boas coisas realizadas em sua administração. Seus pais, que estavam presentes durante a entrevista, confirmaram e ratificaram o que havia sido dito por ela. Entretanto, mesmo tendo sido diretamente beneficiada, esse elemento não foi bastante. Ela votou em Virgílio Galassi, porque em suas administrações anteriores ele havia sido um prefeito excelente para a cidade, porque havia trabalhado pelo desenvolvimento da cidade, construído grandes obras.

Neste caso, duas pessoas tiveram a mesma experiência da administração, e a avaliação de ambas foi positiva. Isso foi o bastante para convencer Ordália passar a

votar em pessoas que defendiam este projeto. Olgamara, por sua vez, juntamente com seus pais (eles mesmos fizeram a declaração) mesmo tendo experimentado algo que eles mesmos concluíram que havia sido bom, optaram por apoiar quem era adepto do modelo de cidade próspera e moderna defendida pelas forças conservadoras. Isso quer dizer que a experiência de vida, que referencia as decisões dos sujeitos sociais, comporta diversas nuances. Partindo de uma mesma realidade, como no exemplo citado, as respostas podem apontar para direções opostas.

Mais uma vez podemos concordar com Thompson que a atuação histórica do sujeito vai se dando de acordo com sua experiência individual e/ou coletiva.

Mas, assim como foi construído, ao longo da história de Uberlândia, um ideário de cidade próspera, moderna e fadada ao progresso, concomitantemente percebemos a construção do ideário do cidadão pacato, disciplinado, trabalhador, comportado e que não questiona este projeto que já aparece como dado, pelo contrário, se identifica com ele. Da mesma forma, conforme já foi dito anteriormente, quem foge a esse parâmetro passa a ser qualificado como baderneiro, encenqueiro, incendiário. Daí a origem da imagem negativa que é criada em torno dos movimentos organizados e/ou dos partidos políticos progressistas.

Embora a maioria das pessoas digam que quando votam olham o candidato e não o partido, quando analisamos as respostas mais profundamente podemos perceber nas particularidades uma carga ideológica que certamente é mais determinante em suas decisões. Essa situação pode ser explicitada através da

entrevista de Dona Areolina Calixtro Ramos. Ao ser questionada sobre o que ela observa quando faz a escolha de determinado candidato, ela afirmou que analisa é a pessoa e não o partido. Entretanto quando perguntada se votaria no PT (Partido dos Trabalhadores), ela foi bastante categórica:

“Jamais eu votaria no PT. Vou te dizer porque... Primeiro porque eu acho o seguinte: não é você com uma bandeira vermelha no meio do mundo, invadindo as casas dos outros, invadindo as fazendas dos outros, invadindo a consciência daqueles menos esclarecidos... (não compreensível)... porque se eu lhe prometo terra, eu vou dar a terra que eu tenha prá dar. Eu não vou prometer terra pra você, invadindo as fazendas, as terras dos outros. Eu não posso fazer isso. É contra a consciência, o princípio de qualquer ser humano. É a mesma coisa que você invadir uma loja, prá tirar eletrodoméstico prá dar a quem não tem. É a mesma coisa. Se você promete ajuda a uma turma de homens, crianças ... ainda usa... (é aí que eu não concordo), ainda usa as crianças prá invadir terras prá depois o policiamento ir e fazer aquilo. Então jamais eu votaria Eu sou a favor de uma reforma agrária ... estruturada que dá condições de manter o colono fique lá dentro trabalhando. Mas votar no PT prá que ele faça baderna, use os menos esclarecidos para por na boca da trincheira, não!”⁴¹

⁴¹ Conforme depoimento de Dona Areolina Calixtro Ramos, moradora no Bairro Segismundo Pereira em Uberlândia, em entrevista concedida a autora em fevereiro de 1999.

Aqui podemos perceber que para ela existe um conflito estabelecido entre a compreensão de que é necessário se resolver os problemas ligados à questão da terra e a concepção de que a propriedade privada é intocável. E sua rejeição ao Partido dos Trabalhadores se dá porque, na sua opinião, todos os trabalhadores que invadem as terras não têm consciência do que estão fazendo, porque são manipulados pelo partido incendiário e composto por pessoas irresponsáveis.

Olgamara Pereira de Oliveira também disse durante sua entrevista que sua opção política é pelo candidato e não pelo partido. Entretanto, no decorrer de sua fala percebemos a resistência que ela possui quanto aos partidos de esquerda, principalmente o PT. Ela diz: **“Eu não gosto do PT, porque o PT é muito encrenqueiro, muito cheio de briguinhas.”** Na sequência demonstra também possuir uma imagem negativa dos movimentos organizados: **“Eu não gosto de sindicatos, de fazer abaixo assinados, eu não gosto dessas coisas.”** Em sua fala percebemos os estereótipos, as imagens negativas que vão sendo construídas no dia a dia e que, no final, acabam influenciando suas decisões. Durante a entrevista ela deixou claro que reconhece que o PT é um partido que luta em defesa dos trabalhadores, entretanto, para ela o fato de ser um partido que compra muita briga, é determinante quando opta por não apoiar seus candidatos.

Normalmente, quem afirma que vota no candidato e não no partido tem tendência a optar pelos setores conservadores. O caso de Dona Nair Rodrigues de Melo é típico. Ela disse que em 1982 votou no Alceu Santos porque ele lhe fez um

favor, em 1988 votou em Virgílio Galassi porque ele era amigo da família e atendeu o pedido do marido. Em 1992, votou em Paulo Ferolla porque ele iria dar continuidade às obras já iniciadas por Virgílio Galassi e ela tem a opinião que uma obra já iniciada não pode ser interrompida. Em 1996 votou em Virgílio porque ele também daria continuidade à gestão de Paulo Ferolla. Ora, apesar dela afirmar que seu voto era para os candidatos e não para os partidos, no final percebemos que coincidentemente em nenhum dos quatro pleitos ela optou por apoiar candidatos dos setores progressistas. Ora, Dona Nair, assim como a maioria dos eleitores que afirmam que votam é no candidato e não no partido, se respalda em motivos cuja concepção é individualista (me fez um favor, é amigo da família, etc). Em nenhum momento é avaliado o que esse candidato se propõe a realizar uma vez no poder e quais são os projetos que ele defende.

Contrariamente, entre aqueles que fazem opção pelos setores progressistas é comum essa opção vir precedida de uma avaliação não somente da pessoa, mas também de seu projeto, suas concepções, seus apoiadores. Mariângela Silva, 36 anos, moradora do Bairro Bom Jesus, disse em entrevista que, quando optou por votar em Zaire Rezende, em 1982, observou seu programa e percebeu que seu projeto era voltado para melhorar a vida das pessoas de baixa renda e que “**não se vendia para empresários**”. Em 1988, votou em Luiz Alberto Rodrigues. Já em 1992 optou por apoiar Gilmar Machado e em 1996 em Zaire Rezende. Em todos os

momentos o que observou para fazer suas opções foram as propostas e não as pessoas.

Sendo assim, não é por acaso que o projeto de uma Uberlândia próspera e desenvolvida é construído simultaneamente com o protótipo do cidadão que deve habitá-la. Esse cidadão pacato, disciplinado, defensor da moral e dos bons costumes, no plano do discurso passa a ser compreendido como um dos construtores e beneficiários do grande progresso. Se isso não tem correspondência com a realidade parece pouco incomodar os setores dominantes locais. Afinal, pelo menos até o momento, a estratégia tem dado certo. Os resultados eleitorais e a assimilação desse discurso pelos próprios setores populares estão aí para comprovar isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho pude perceber que o poder político em Uberlândia sempre foi um espaço privilegiado para manutenção da dominação e de benefícios por parte de indivíduos ou pequenos grupos. Os detentores locais do grande capital, em raros momentos da história, tiveram do que reclamar. Tudo sempre foi muito bem pensado e implementado com o objetivo de atender os seus interesses.

Para tanto foi necessário investir-se na construção de um aparato ideológico de que a cidade está predestinada, desde seus primórdios, a caminhar em busca do progresso e da modernidade. Para se chegar a este fim foi necessário também construir a imagem do cidadão ordeiro e trabalhador. A partir dessa ótica, na medida em que a cidade se desenvolve, todos os seus habitantes crescem junto com ela e se desenvolvem junto com ela. Sendo assim, mesmo que muitos desses moradores estejam nas favelas, morando em cubículos dos conjuntos habitacionais, ou enfrentando filas no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia para conseguir uma consulta ou um exame; mesmo que a grande maioria enfrente as péssimas condições dos transportes coletivo ou tenha vagas nas escolas para seus filhos; enfim, mesmo que se tenha que enfrentar condições de vida que deixam muito a desejar, o cidadão pacato, ordeiro e disciplinado deve se orgulhar de sua cidade. E gostemos ou não, não são poucos os que agem exatamente dessa forma.

A construção deste ideário tem resultado em votos que, por sua vez, contribuem para que a alternância no poder seja mínima, o que permite a manutenção dos privilégios de um determinado setor da sociedade.

Esta constatação apontou pistas para a necessidade de investigar questões que esta pesquisa, por ser um trabalho com tempo restrito para ser concluído não permitiu aprofundar.

Penso que para se dar continuidade de forma mais aprofundada ao trabalho aqui iniciado principalmente no que diz respeito a teia que tece o emaranhado do poder político em Uberlândia e que permite a manutenção desse “status quo”, faz-se necessário discutir algumas questões extremamente inquietantes: como o papel da imprensa na formação de uma opinião pública favorável a permanências dos setores dominantes no poder; a influência exercida pelo Poder Legislativo nas ações do Poder Executivo e vice-versa; o papel que os setores progressistas incluindo aí os movimentos organizados têm cumprido no sentido de provocar rupturas ou, ainda que involutariamente, colaborando para a manutenção da própria estrutura de poder que tanto combatem.

Essas são questões que, ao longo do trabalho, foram surgindo e que podem servir como pistas para o desenvolvimento de uma futura pesquisa, tanto minha, quanto de outras pessoas que, por ventura, vierem a se interessar por essa temática.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC/ Verena Alberti*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (coordenadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CADERNOS DE HISTÓRIA. Volume 4, nº 4, janeiro/1993 – Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História.
- CERTEAU, Michael de. A Operação Histórica em Jackes Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1990.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elemento de Teoria Geral do Estado*. São Paulo, Saraiva, 1993.

FOUCAUT, Michael. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1982.

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, nº 4, 1991, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP, 1981.

RODRIGUES, Jane de F. S. *“Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – O setor de serviços – 1924-1964*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (organizadores). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Gibisson Pires da. *A Concepção de Democracia no Projeto Zaire Rezende (Uberlândia 1982 – 1988)*. Monografia para conclusão do Curso de História do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Uberlândia, 1977.

SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1981.

_____. *Senhores e Caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.